

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO DE GRADUAÇÃO II

MARIA EDUARDA DE LIMA SANTOS

**HABITABILIDADE E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:
UMA RELAÇÃO FUNDAMENTAL PARA PROMOÇÃO DA
QUALIDADE DE VIDA**

O CASO DO ALTO JOSÉ DO PINHO

Trabalho de Graduação desenvolvido pela aluna Maria Eduarda de Lima Santos, orientada pela Profa. Dra. Ana Maria Filgueira Ramalho, apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas da Instrução Cristã.

RECIFE

2016

Santos, Maria Eduarda de Lima

Habitabilidade e equipamentos comunitários: uma relação fundamental para promoção da qualidade de vida o caso do Alto José do Pinho. / Maria Eduarda de Lima Santos. - Recife: O Autor, 2016.

86 f.; il.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Ana Maria Filgueira Ramalho

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.
Trabalho de conclusão de curso, 2016.**

Inclui bibliografia.

**1. Arquitetura e urbanismo. 2. Equipamentos comunitários. 3.
Habitabilidade. 4. ZEIS. I. Título.**

**72 CDU (2.ed.)
720 CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2016-490**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Santíssima Trindade por estar comigo em todos os momentos da minha vida e do meu curso. Ao Deus Pai, por ter me dado a chance de iniciar uma graduação e ter me capacitado para chegar até aqui. Ao Deus Filho, Jesus Misericordioso, que me acolhe, escuta, ajuda e caminha ao meu lado em todos os momentos. Ao Deus Espírito Santo, que me inspira, pois só através de sua graça divina eu tenho condições de alcançar meus objetivos.

Agradecimento especial a minha mãezinha do céu, Maria Santíssima, por ser uma mãe zelosa e protetora, que me orienta e me guia. Obrigada, Mãe, por ter me auxiliado nessa jornada, intercedendo por mim junto ao seu filho, Jesus Cristo.

Aos meus pais, José Dijalma e Sueli, que foram minha força e meus maiores incentivadores. Obrigada por terem estado sempre ao meu lado, nas aflições e alegrias, me aguentando nos meus piores momentos, sempre me dando amor e apoio incondicional. Sem vocês eu não teria conseguido chegar aonde cheguei. E a minha irmã Elisa, por me escutar e me aconselhar nos momentos difíceis, sempre com muito amor e carinho.

Ao meu namorado, Rafael, que apareceu em minha vida no início da jornada do trabalho de graduação. Sempre tão delicado e procurando me ajudar em tudo. Companheiro nas minhas pesquisas de campo, obrigado por todas as aventuras nas idas ao Alto José do Pinho, pela companhia e ajuda na pesquisa. Seu apoio foi de extrema importância, sendo a pessoa que acalma meu coração.

Agradeço a minha orientadora Ana Ramalho. Obrigada por ter me acolhido em um momento tão difícil, me ajudando a desenvolver o trabalho de graduação, tirando minhas dúvidas e me orientando sempre com disponibilidade e boa vontade. Obrigada por me ajudar a tornar esse trabalho realidade.

Agradecimento especial às minhas amigas de curso, Camilla e Débora. Mais que amigas, foram companheiras que estiveram todos os momentos da graduação ao meu lado. Obrigada pelas partilhas, momentos de alegria e de estresses que passamos juntas, tudo isso ajudou no meu crescimento pessoal e profissional. Amigas que Deus colocou em minha vida para a caminhada ser mais leve.

RESUMO

Este trabalho discute a importância dos equipamentos comunitários para melhoria das condições de habitabilidade nas Zonas Especiais de Interesse Social/ZEIS, pois são áreas de ocupação espontânea já consolidada, na qual o poder público deve intervir através de planos urbanísticos para atingir condições de habitabilidade. Tem-se como fundamento teórico que a habitabilidade se baseia nas seguintes esferas: física, que contempla a moradia e seus serviços de infraestrutura; psicológica, que trata dos sentimentos dos moradores e social, relativo aos programas sociais e equipamentos comunitários. Como objeto de estudo, utilizou-se a comunidade Alto José do Pinho, que se encontra na ZEIS Casa Amarela, na qual foi identificada e analisada a influência desses equipamentos nas condições de habitabilidade. Os moradores estão satisfeitos com as condições físicas das moradias, possuem a posse da terra e tem orgulho da cultura do local, porém existem problemas de infraestrutura, carência de segurança, lazer e saúde - todos relacionados aos equipamentos comunitários, que não atendem as condições de habitabilidade, prejudicando a qualidade de vida dos habitantes. Chegou-se a conclusão que no Alto José do Pinho existem equipamentos comunitários, porém os mesmos não funcionam adequadamente, com problemas na estrutura e na forma de utilização. Em alguns casos existe o equipamento, porém não está ativado, como o posto policial. Ou seja, os aproveitamentos que os equipamentos comunitários estão tendo no Alto José do Pinho atendem parcialmente às condições de habitabilidade, afetando diretamente a qualidade de vida da população. Melhorias na estrutura dos equipamentos, através de investimentos por parte do poder público, para que eles possam funcionar de maneira adequada, podem trazer para o Alto José do Pinho as contribuições necessárias para atender plenamente as condições de habitabilidade e melhorar a qualidade de vida, visto que os próprios moradores reconhecem que os equipamentos comunitários servem para oferecer serviços e ajudam a sanar problemas comunitários e trazer paz e bem estar para o local.

PALAVRAS-CHAVE: Habitabilidade. Equipamentos comunitários. ZEIS.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of community facilities to improve living conditions in the Special Zones of Social Interest / ZEIS, as these are areas of spontaneous occupation already consolidated, in which the public power must intervene through urban plans to reach habitability conditions. The theoretical foundation says that the habitability is based on the following spheres: physical, that contemplates the dwelling and its services of infrastructure; Psychological, which deals with the feelings of residents and social, concerning social programs and community equipment. As a study object, the Alto José do Pinho community was used, which is located at ZEIS Casa Amarela, where the influence of these equipments was identified and analyzed in the habitability conditions. The residents are satisfied with the physical conditions of the houses, they own the land and are proud of the culture of the place, but there are problems of infrastructure, lack of security, leisure and health - all related to community equipment, which do not meet the conditions of Habitability, damaging the quality of life of the inhabitants. It was concluded that in Alto José do Pinho there are community facilities, but they do not work properly, with problems in the structure, in the way of use, and in some cases there is equipment, but not activated, such as the police station. In other words, the use of community facilities in Alto José do Pinho partially meets the conditions of habitability, directly affecting the quality of life of the population. Improvements in the structure of the equipment, through investments by the public power so that they can function properly, can bring to the Alto José do Pinho community the necessary contributions to fully meet the conditions of habitability and to improve the quality of life, since That residents themselves recognize that community facilities serve to provide services and help to heal community problems and bring peace and well-being to the place.

KEY WORDS: Habitability. Community equipment. ZEIS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Zoneamento do Recife	24
Figura 2: Esquema parâmetros de habitabilidade.....	28
Figura 3: Primeiros registros da atividade das irmãs das Damas no Alto, 1958.	37
Figura 4: Localização do Alto José do Pinho	40
Figura 5: Fatores determinantes para as condições de habitabilidade.....	42
Figura 6: Moradias no Alto José do Pinho	45
Figura 7: Adensamento do Alto José do Pinho	45
Figura 8: Esgoto a céu aberto no Alto José do Pinho.....	46
Figura 9: Lixo acumulado em rua do Alto José do Pinho	47
Figura 10: Paradas de ônibus no Alto José do Pinho	48
Figura 11: Traçado do Alto José do Pinho	49
Figura 12: Desfile de agremiações no Alto José do Pinho	50
Figura 13: Maracatu Estrela Brilhante	51
Figura 14: O que você não gosta no Alto José do Pinho?.....	52
Figura 15: O que falta no Alto José do Pinho?.....	53
Figura 16: Projeto do Alto Sustentável	54
Figura 17: Mutirão do projeto Alto Sustentável.....	53
Figura 18: O que tem de bom no Alto José do Pinho?.....	55
Figura 19: Quais os equipamentos comunitários você conhece no Alto José do Pinho?.....	58
Figura 20: Equipamentos comunitários no Alto José do Pinho	59
Figura 21: Utiliza as escolas?	61

Figura 22: Escola municipal Santa Maria.....	61
Figura 23: Escola Estadual Maria Tereza.....	61
Figura 24: Utiliza a Praça do Terminal?.....	62
Figura 25: Praça do Terminal, Alto José do Pinho.....	63
Figura 26: Posto policial desativado na Praça do Terminal	63
Figura 27: Utiliza a Sociedade de Damas e Dominó – São José?	64
Figura 28: Sede da Sociedade de Damas e Dominó São José.....	65
Figura 29: Utiliza o Centro Social Dom João Costa?.....	66
Figura 30: Aula de música no Centro Social.....	67
Figura 31: Centro Social Dom João Costa	67
Figura 32: Utiliza o Mercado Público?.....	68
Figura 33: Mercado Público do Alto José do Pinho.....	68
Figura 34: Utiliza o Posto de saúde?	69
Figura 35: Unidade de saúde da família Irmã Denize	70
Figura 36: Entrada do Posto de saúde	70
Figura 37: Recepção do Posto de saúde	70
Figura 38: Utiliza o Clube Bom Sucesso?.....	71
Figura 39: Sede do Bom Sucesso Futebol Clube	72
Figura 40: Utiliza o Afoxé Ylê de Egbá?	72
Figura 41: Apresentação do Afoxé Ylê de Egbá.....	73
Figura 42: Sede do Afoxé Ylê de Egbá.....	73
Figura 43: Quais equipamentos você gostaria que tivesse no Alto José do Pinho?	74

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	15
O PROBLEMA HABITACIONAL NO RECIFE.....	15
1.1 FORMAÇÃO URBANA NO BRASIL E NO RECIFE.....	15
1.2 MUDANÇAS NO CONTEXTO HABITACIONAL AO LONGO DO SÉCULO XX.....	18
1.3 ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL	20
CAPÍTULO II.....	26
A INFLUÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	26
2.1 A HABITABILIDADE: UM CONCEITO EM AMPLIAÇÃO.	26
2.2 OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS.....	30
CAPÍTULO III	35
O ALTO JOSÉ DO PINHO.....	35
3.1 A FORMAÇÃO.....	35
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO	39
3.3 UMA METODOLOGIA PARA HABITABILIDADE.....	40
3.3.1 O Alto Jose do Pinho enquanto ZEIS	43
3.4 HABITABILIDADE E SUAS ESFERAS	44
3.4.1 Esfera Física	44
3.4.2 Esfera Psicológica.....	48
3.4.3 Esfera Social.....	53
CAPÍTULO IV	57
OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SUAS INTERFERÊNCIAS NAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NO ALTO JOSÉ DO PINHO	57
4.1 ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS	57

4.1.1 Escolas	60
4.1.2 Praça do Terminal.....	62
4.1.3 Praça Amaro Lopes (Praça da Maconha)	64
4.1.4 Sociedade de Damas e Dominó – São José	64
4.1.5 Centro Social Dom João Costa.....	65
4.1.6 Mercado Público.....	67
4.1.7 Posto de saúde	69
4.1.8 Bom Sucesso Futebol Clube.....	71
4.1.9 Afoxé Ylê de Egbá	72
4.2 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS: O QUE ANSEIA A POPULAÇÃO?.....	74
4.3 DIRETRIZES PARA MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NA COMUNIDADE.....	75
4.3.1 Praça do Terminal.....	75
4.3.2 Praça Amaro Lopes (Praça da Maconha)	76
4.3.3 Mercado Público.....	76
4.3.4 Posto de saúde	76
4.3.5 Bom Sucesso Futebol Clube.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

A habitação no Brasil enfrentou mudanças ao longo dos séculos. Desde o século XIX, com a Lei de Terras de 1850, que restringiu o acesso a terra. Aliado a isso, no fim do século XIX ocorreu a abolição da escravatura, homens livres sem ter para onde ir precisavam ocupar um espaço, na carência de opções, os morros e alagados passaram a ser povoados. O êxodo rural trouxe também muitas famílias carentes necessitadas de terra para a cidade. Esses fatores somados passaram a acarretar uma ocupação desregulada na cidade, porém o histórico de políticas e alternativas de habitação para a população era escasso. Houve uma política de erradicação dos mocambos, moradias nas margens dos rios e nos mangues, porém essa tentativa de erradicação contribuiu mais para transferir parte do problema, das margens do rio para os morros da cidade. Os morros de Casa Amarela, na zona Norte do Recife foram um dos primeiros a serem ocupados no Recife.

Ao longo dos anos se procurou suprir a demanda habitacional através de programas que visavam a urbanização e regularização de áreas já ocupadas. No Recife, na década de 1980, a Lei de Uso e Ocupação de Solo da cidade definiu as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), locais onde a ocupação já se encontrava consolidada que seriam alvos de regularização fundiária e programas urbanísticos visando dotar a área de infraestrutura, oferecer condições dignas para os moradores permanecerem no local, integrando a comunidade à cidade formal. No entanto, questiona-se em que medida se procurava contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade das ocupações. As ZEIS são áreas que apresentam uma gestão específica, onde se faz necessário regularizar e urbanizar, oferecendo condições de permanência aos moradores. Com o cumprimento dos critérios as áreas apresentariam condições dignas de moradia, porém, na realidade, esses critérios não são cumpridos de maneira plena.

A partir da problemática habitacional, tão presente nos grandes centros urbanos, se fez necessário discutir quais aspectos devem ser estabelecidos para atender as condições de habitabilidade. A habitabilidade é um conjunto de condições para o habitar digno, com qualidade de vida. Diversas questões são abordadas quando se discorre sobre habitabilidade, é uma análise ampla, que visa não só a unidade habitacional, mas também o entorno, passando por questões de infraestrutura, mobilidade e acesso a equipamentos comunitários. Os equipamentos comunitários apresentam papel importante no dia-a-dia, através deles a

comunidade se socializa, interage e tem acesso a determinados serviços como saúde e educação. “O indicador referente à habitabilidade da unidade habitacional diz respeito ao conjunto de aspectos que interferem na qualidade de vida e comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e sociais [...]” (BONDUKI, 2001, p. 208 apud OLIVEIRA, 2013, p. 78).

Os equipamentos comunitários tem papel fundamental nas condições de habitabilidade, a Lei federal 6.766/79 considera comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. Os equipamentos comunitários são agentes na construção de um habitat mais digno, a partir deles moradores podem melhorar suas capacidades e representar a comunidade perante a cidade, como no caso das apresentações de grupos culturais. Inserir o espaço que se vive dentro da dinâmica social do espaço citadino. Os equipamentos comunitários devem contemplar a comunidade como um todo, para conseguir alcançar as metas de sanar problemas urbanos e sociais. Podem contribuir de maneira efetiva na diminuição da criminalidade, violência, escolaridade e acesso à saúde e cultura, aumentando o grau de esclarecimento da população.

O objeto de estudo desse trabalho são os equipamentos comunitários, inseridos na ZEIS Alto José do Pinho, Recife-PE. Diante desse contexto, para desenvolver a pesquisa em questão, se escolheu o Alto José do Pinho, pois além de ser um bairro inserido no maior perímetro de ZEIS do Recife, a ZEIS Casa Amarela, e por já ter uma ocupação que atravessou anos de história, um dos primeiros morros adensados na cidade do Recife, entre as décadas de 1940 e 1960. O Alto é também um local que apresenta forte bagagem cultural, como os maracatus, blocos carnavalescos, projetos sociais e iniciativas musicais.

A pesquisa visa analisar a relação que a comunidade tem com os equipamentos comunitários, áreas de lazer, integração, saúde, cultura e educação, se acredita que os mesmos podem ser transformadores sociais, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida da comunidade, como também dos moradores, oferecendo uma melhora nas condições de habitabilidade do local. Na presente pesquisa procura-se compreender como os equipamentos comunitários contribuem para a melhoria das condições de habitabilidade na comunidade do Alto José do Pinho.

Sendo assim, este trabalho buscará atender como objetivo geral a identificação e análise da influência dos equipamentos comunitários nas condições de habitabilidade da comunidade do

Alto José do Pinho. Para alcançar tal objetivo se faz necessário atingir alguns objetivos específicos, como: Estudar a problemática habitacional do Recife ao longo da história, enfatizando o surgimento das ocupações espontâneas; analisar as condições de habitabilidade dentro da ZEIS Alto José do Pinho; identificar os equipamentos comunitários mais solicitados pela comunidade local; verificar quais equipamentos possui maior relevância para a melhora da qualidade de vida dos moradores.

Para a elaboração do trabalho se fez necessário a pesquisa bibliográfica, em livros, trabalhos de graduação, teses, artigos, para conceituar o histórico da problemática habitacional, buscando entender sua causa e os enfrentamentos existentes. Pesquisa bibliográfica também para entender os conceitos de habitabilidade e equipamentos comunitários, visando relacionar suas condições com a moradia em áreas de ZEIS. Pesquisa de campo, na ZEIS Alto José do Pinho, onde através de observação sistemática, entrevistas com os moradores e com lideranças da comunidade, e levantamento fotográfico foram levantados dados como a satisfação dos moradores do Alto José do Pinho, suas carências e necessidades. Buscou-se descobrir quais os equipamentos comunitários mais solicitados pela população, se os que existem no local são suficientes e satisfatórios. Também descobrir como se encontra a comunidade em relação as condições de habitabilidade. Para isso foi criada uma metodologia, baseada em conceitos do referencial teórico, que categorizou os condicionantes de habitabilidade nas esferas Física, Psicológica e Social. Busca-se compreender o grau de influência que os equipamentos exercem sobre os moradores, a fim de descobrir quais as relações que os equipamentos comunitários têm com a habitabilidade, em que medida melhora a qualidade de vida da população.

As entrevistas foram aplicadas nas visitas feitas ao Alto José do Pinho, por meio de abordagem aos moradores que se encontravam pelas ruas. Foi possível entrevistar pessoas de diferentes faixas etárias, a fim de contemplar um público variado, que utilizam equipamentos comunitários diferentes um dos outros.

O trabalho se dividiu em quatro capítulos. No primeiro capítulo foi discutida a problemática habitacional ao longo dos anos, no Brasil de uma maneira geral e mais especificamente na cidade do Recife. Buscando compreender como se deu a formação e ocupação dos assentamentos precários. Além de discutir sobre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o surgimento e o motivador da criação dessas áreas.

O segundo capítulo apresenta e discute conceitos de habitabilidade, a fim de compreender o que é esse conceito e em que ele se aplica dentro de uma comunidade. Além da habitabilidade também foram discutidos os equipamentos comunitários, mostrando definições das legislações, para poder compreender o que é esse objeto de estudo.

No capítulo três têm-se uma caracterização da área de estudo, o Alto José do Pinho, mostrando a história da formação e ocupação do bairro. Além disso, foi feita também uma caracterização da área e análise dos condicionantes de habitabilidade no Alto José do Pinho, mostrando como os moradores avaliam a qualidade de vida do local.

O capítulo quatro traz uma análise dos resultados das entrevistas, e os anseios relativos aos equipamentos comunitários. É um capítulo de análise de dados, onde se chegou a conclusões relativas a como os equipamentos comunitários influenciam nas condições de habitabilidade do local.

CAPÍTULO I

O PROBLEMA HABITACIONAL NO RECIFE

Ao longo deste capítulo se discutirá a política habitacional brasileira em um contexto geral e mais especificamente na cidade do Recife. Entender como e porque se deu os vários tipos de ocupação (mocambos, favelas, cortiços) nas diversas áreas da cidade (alagados, mangues, morros) pela população menos abastada. Serão mostradas algumas perspectivas de programas habitacionais ao longo do século que tentaram resolver o problema habitacional e compreender instrumentos de urbanização e regularização fundiária, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), surgido no Recife, que traz uma nova perspectiva na resolução dos problemas habitacionais.

1.1 FORMAÇÃO URBANA NO BRASIL E NO RECIFE

No início do século XIX as habitações populares não eram de fácil identificação, isso porque o trabalho escravo ainda existia e os trabalhadores, escravos ou não, moravam nos locais de trabalho, especificamente, os escravos moravam nos porões ou nos fundos dos sobrados. Alguns comerciantes, lavadeiras, artesãos e prestadores de serviços habitavam cortiços ou casas pequenas, já que os terrenos urbanos tinham valores baixos e alguns homens livres conseguiam ter acesso para construir suas casas. Como o número de habitantes no perímetro urbano era pequeno, era também pequena a quantidade de habitações pobres. Os mais pobres construía suas casas em locais mais vulneráveis, como em alagados na beira do rio. As habitações eram construídas com o material que os moradores tinham acesso, podendo ser de palha, pedaços de madeira ou barro (REIS, 1994).

Na metade do século XIX o núcleo urbano passou a ficar mais adensado, tem-se a ocupação de áreas de alagados, mangues e morros por parte da população de baixa renda, com poucas oportunidades de acesso a terra. Esse problema no acesso a terra se deu devido a Lei de Terras de 1850, que instituiu que as terras não poderiam mais ser cedidas, tinham que ser adquiridas por título de compra, ficando as pessoas sujeitas até ao pagamento de multas caso houvesse descumprimento da Lei. Os que não tinham condições de comprar ficavam sem opções legais de ocupar uma terra, tendo que recorrer à ocupação irregular de terras desocupadas (PODELESKI, 2009).

A criação das primeiras ferrovias e o aumento do comércio nas cidades contribuiu para o aumento do núcleo urbano. No caso do Recife, para melhorar as condições de acesso ao comércio portuário foram abertas novas estradas e ferrovias (ANDRADE, 1979 apud LIMA, 2012). Porém não havia um plano de organização territorial, de infraestrutura e urbanístico, com isso, os núcleos urbanos cresciam de forma desordenada e as habitações eram construídas de acordo com as necessidades e possibilidades dos diferentes tipos de moradores. As cidades brasileiras ficaram conhecidas no mundo inteiro por essa desordem, por serem focos de epidemias, já que a infraestrutura era precária (REIS, 1994).

Somando-se a esse contexto de desordem territorial ocorrido na época do Brasil império, tem-se a abolição da escravatura em 1888, onde os negros libertos saem das propriedades rurais e das casas onde trabalhavam, necessitando de locais para habitar, com isso ocorreu o aumento da quantidade de pessoas vivendo em assentamentos irregulares¹. Esse contexto prejudicou ainda mais as áreas pobres, que já eram carentes de serviços de infraestrutura, incapazes de suprir a demanda.

Com essa crise instaurada deu-se início nas grandes cidades as obras sanitárias, que contemplavam o abastecimento de água e a coleta do esgoto. Os planos previam a destruição de casarões do período colonial, a derrubada de cortiços e a retirada dos mocambos que se encontravam nas áreas alagadas, locais onde habitavam as camadas mais pobres das cidades. A partir de então surgiram as ocupações em áreas de morro, sem opção, a população menos abastada utiliza essas áreas como alternativa de moradia (REIS, 1994).

Na cidade do Recife, assim como em outras grandes cidades do Brasil, ao fim do século XIX, a visão higienista já se instaurava. No começo do século seguinte já se deu início a um novo programa de saneamento para a cidade (LIMA, 2012).

Os mocambos, cortiços, favelas e demais habitações consideradas irregulares eram vistos pela população como foco de epidemias, pois não apresentavam boas condições de higiene. Com isso, no ano de 1909, no governo de Herculano Bandeira, Saturnino de Brito, engenheiro sanitário, foi convidado para elaborar um plano de saneamento para a cidade do Recife

¹ De acordo com a Lei de Nº 11.977, de 7 de julho 2009, Art. VI, capítulo III, os assentamentos irregulares são considerados, como: “ocupações inseridas em parcelamentos informais ou irregulares, localizadas em áreas urbanas públicas ou privadas, utilizadas predominantemente para fins de moradia”. Com base nesse conceito se utilizará essa denominação neste trabalho.

(FARIA, 2015). A ideia era erradicar as áreas de mocambos e favelas e colocar as pessoas em áreas adequadas e higienizadas. Em 1939 foi criada a “Liga Social Contra o Mocambo” (LSCM), na gestão do governador Agamenon Magalhães, o objetivo era retirar da cidade todos os mocambos, favelas, cortiços e habitações construídas em áreas de alagados. Essa tentativa de erradicação de mocambos acabou causando um déficit habitacional quantitativo, pois a quantidade de casas derrubadas era superior a quantidade oferecida a população de baixa renda, não diminuindo a problemática habitacional, apenas estendendo-a para outros setores da cidade (RAMALHO, VASCONCELOS, LIMA, 2013; PCR, 2003).

A política adotada pela LSCM trouxe consequências na cidade. Como exemplo disso tem-se a valorização das áreas anteriormente ocupadas por mocambos, que passaram a ter maior valorização e despertar o interesse da especulação imobiliária. Outra consequência foi o adensamento e aglutinamento da classe mais pobre nas áreas de morro, criando um novo tipo de configuração urbana (LIMA, 2012).

A maioria dos mocambos se concentrava em áreas alagadas, com isso essa erradicação causou a migração dos moradores dessas áreas para os morros. O êxodo rural também causou o aumento da população residente nos centros urbanos, adensando ainda mais as áreas mais pobres, onde o acesso à moradia era de certa forma mais fácil, devido ao baixo custo, pois as áreas de morros e alagados não eram visadas pelas classes mais altas (BALTAR, 2000 apud LIMA, 2012). As habitações construídas em áreas de morros eram moldadas de acordo com a realidade dos moradores pela prática da autoconstrução que é uma alternativa constantemente presente nas habitações no Recife. Como alternativa para suprir a necessidade habitacional, os moradores construíam suas próprias casas, individualmente ou através dos mutirões, moldando assim a cidade. As áreas foram ficando bastante adensadas e o risco de erosão e deslizamentos era constante, risco esse que se tem até hoje, devido a pouca atuação do Estado na criação de políticas habitacionais. O governo só começou a intervir nesses locais a partir de 1960, pensando na infraestrutura e segurança dos locais que já se encontravam povoados de maneira irregular (LIMA, 2012). Morros como Nova Descoberta, Casa Amarela, Morro da Conceição, Santa Terezinha, Alto do Pascoal, Alto José do Pinho e Guabiraba são alguns dos primeiros exemplos de morros adensados na cidade do Recife, entre as décadas de 1940 e 1960.

1.2 MUDANÇAS NO CONTEXTO HABITACIONAL AO LONGO DO SÉCULO XX

Face a problemática habitacional que se insere nas primeiras décadas do século XX, o poder público com o apoio da população iniciaram algumas medidas para tentar sanar os problemas existentes e o déficit habitacional, melhorar e regularizar assentamentos irregulares já existentes.

Em 1963, em Porto Alegre-MG, o Instituto de Arquitetos do Brasil promoveu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, na intenção de discutir a problemática habitacional, mostrando a preocupação com as questões de moradia na cidade. O Seminário buscava envolver os arquitetos na cidade, mostrar que arquitetura não é só pensar no projeto particularmente, mas sim pensá-lo inserido na cidade. Porém participaram do seminário diversos profissionais, não só os arquitetos. Os debates no Seminário constataram que o problema da moradia estava sendo tratado apenas como uma questão quantitativa e de responsabilidade exclusiva do governo. Foi visto também que a carência de oferta habitacional para suprir a demanda de migrantes nas grandes cidades fazia com que os assentamentos irregulares aumentassem nas cidades brasileiras. Após o Seminário foi elaborado um documento com diretrizes para o enfrentamento do problema habitacional, porém com o Regime Militar iniciado em 1964 as ideias foram abolidas (AZEVEDO, FREITAS, 2014).

Na década de 1960, no regime militar, a oferta de recursos para a habitação se intensificou, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). Foi criado o Plano Nacional de Habitação (PNH), que tinha como intenção resolver o problema da casa própria, porém o plano privilegiava quem tinha capital e não necessariamente os menos favorecidos (RAMALHO, VASCONCELOS, LIMA, 2013; PCR, 2003).

A partir da década de 1970, com a intensificação dos movimentos populares, começaram as reivindicações para a recuperação dos assentamentos existentes, para que as pessoas pudessem continuar morando, sem a necessidade de deslocamento. Em 1976 o Banco Mundial, juntamente com Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), encomendou à Fundação de Desenvolvimento Metropolitano (FIDEM) a realização de estudos de análise para recuperação de assentamentos “subnormais”. Inicia-se aí a

preocupação com a urbanização de áreas já existentes, com o intuito de inseri-las na cidade formal (PCR, 2003).

Após a consolidação da democracia brasileira, em meados da década de 1980, houve mudanças na forma de governo, que passou a ser mais participativo, demonstrando a urgência nas políticas públicas municipais. Em Recife, no ano de 1983 foi aprovada a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Nessa lei foram instituídas zonas especiais na cidade, entre elas as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), as quais inserem os assentamentos irregulares no zoneamento da cidade, passando a ser passíveis de regularização fundiária e urbanização, surgem assim, perspectivas para o enfrentamento dos assentamentos informais, as quais serão melhor discutidas no item seguinte deste capítulo.

No âmbito federal, em 1986 o BNH é extinto, através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de Novembro de 1986, sendo sucedido pela Caixa Econômica Federal. Em determinado momento a Caixa Econômica buscou diminuir o tamanho das habitações e reduzir os custos, para poder atender a população mais carente (RAMALHO, VASCONCELOS, LIMA, 2013; PCR, 2003). A construção de novas moradias por parte do governo e de seus financiadores não veio a suprir a demanda de pessoas necessitando de novas habitações. Os programas além de não contemplar o número necessário, em alguns casos, não ofereciam boas condições e identidade para os moradores, dessa forma o déficit habitacional se manteve. Paralelamente a isso as ocupações espontâneas, nos assentamentos informais, foram se intensificando.

Em 1988 a Constituição traz algumas iniciativas para o enfrentamento dos problemas urbanos, além de possibilitar princípios democráticos e a autonomia dos municípios, que passam a receber mais recursos para investir em políticas públicas municipais. No ano 2000, a moradia é incorporada como um direito fundamental, através da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de Fevereiro de 2000, que no artigo 6º coloca o seguinte: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”.

Os movimentos populares junto com Organizações Não Governamentais (ONGs) têm conquistado instrumentos como Conselhos de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Urbano, que legalizam a política habitacional e de urbanização dos assentamentos informais. As organizações populares como associações de bairros, vieram para se aliar aos moradores em defesa da moradia digna, posse da terra, apoio a grande quantidade de pessoas que sofriam

com o pagamento de aluguel, carência de infraestrutura e irregularidades na posse da terra. Partidos políticos e a Igreja Católica apoiavam esses movimentos. Foram criados estatutos, que defendiam não apenas a posse da terra, mas também condições para permanecer no local, como benefícios de recreação, ensino, cultura, literatura (BEZERRA, 1961 apud LIMA, 2012).

A importância dessas ONG's, associações e movimentos apareceram no dia-a-dia dos moradores como um suporte na luta diária pela terra. Eles passaram a ter um instrumento de defesa e apoio, que oferecia melhores condições para as moradias e para os bairros. Essas associações também ofereceram condições de um habitar digno para a população, com iniciativas culturais, educacionais e de lazer, concordando que a permanência no local não se dá apenas através da posse da terra, mas também através de equipamentos públicos que oferecem uma série de outras iniciativas sociais.

Já nas primeiras décadas do século XXI, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com o Programa Minha Casa Minha Vida, Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009 onde o PAC disponibiliza dinheiro público para ser aplicado e o Programa Minha Casa Minha Vida vem a contemplar pessoas de todas as faixas de renda. Houve uma mudança na política habitacional, há um aumento nas fontes de financiamento e de oferta habitacional, ampliando as condições do acesso a casa própria para todas as camadas da população, apesar de serem divergentes as opiniões sobre o êxito do programa. A Lei também visa o conjunto de medidas para a regularização fundiária dos assentamentos irregulares, para garantir a posse da terra e os direitos sociais dos moradores. Porém, os assentamentos carentes já existentes, como os morros, ainda necessitam de políticas de urbanização mais eficazes.

1.3 ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Em Recife, na gestão do prefeito Gustavo Krause (1979-1982), houve uma mudança na atenção voltada para as áreas carentes, foram instalados nas favelas pontos de apoio da prefeitura que seriam o elo entre a comunidade e a prefeitura, onde seriam discutidos obras e problemas do local. Em 1980 foram criadas 26 Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), pelo Decreto nº 11.670/80, esse decreto permitia ações de urbanização nas áreas pobres já existentes e que estavam consolidadas. Segundo Lima (2012), as AEIS se transformaram no embrião das ZEIS.

A gestão de Gustavo Krause abriu possibilidades de requalificação de assentamentos irregulares já existentes. Através da política participativa a população passou a ser parte integrante do sistema, podendo ser ouvida através dos pontos da prefeitura e isso foi um grande avanço na política habitacional, pois se entendeu que não é necessária apenas a remoção dos habitantes de assentamentos irregulares, pois esses assentamentos uma vez já consolidados não podem ser removidos, já que ali existe uma dinâmica social e a área precisa ser regularizada e urbanizada.

Sendo assim, no ano seguinte, na gestão do prefeito Joaquim Francisco, foram definidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 14.511/83) as primeiras ZEIS, que foram estabelecidas da seguinte forma: “[...] assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e sua integração na estrutura urbana”.

As ZEIS vieram para comprovar que as áreas de favelas deveriam ter uma intervenção especial e diferenciada por parte do poder público e da população. As ZEIS seriam alvos de programas urbanísticos e de regularização fundiária, de forma a manter a população nos locais existentes e promover melhorias de qualidade de vida aos moradores, inserindo as áreas no tecido urbano da cidade.

Em 1987 foi aprovada a Lei dos Planos de Regularização das ZEIS (PREZEIS), nº 14.394 e atualizada em 1995, foi assinada por Jarbas Vasconcelos, primeiro prefeito eleito pós-ditadura militar. No Art. 2º a Lei define as áreas que podem ser transformadas em ZEIS: “Poderão ser consideradas Zonas Especiais de Interesse Social: I - os assentamentos habitacionais consolidados de baixa renda, surgidos espontaneamente e carentes de infraestrutura básica; II - as áreas destinadas a programas habitacionais de Interesse Social”.

Essa Lei representou conquistas para o povo que tanto lutou, junto com a Arquidiocese de Olinda e Recife, por direito a terra e a moradia digna (LIMA, 2012). A Lei visa a regularização fundiária das áreas pobres e a urbanização integrada, na intenção de inserir as áreas no planejamento urbano da cidade. O PREZEIS tem como um dos seus princípios a melhoria dos assentamentos, sem modificar suas características ou sem a necessidade de relocação dos moradores. A intenção é dotar de infraestrutura para melhorar as condições de moradia no local (PCR, 2003).

No artigo 4º a Lei define princípios do Plano de Regularização das ZEIS, os princípios são: adequar a propriedade à função social; priorizar o direito da moradia sobre o direito de propriedade; controle da utilização do solo urbano; preservação do meio ambiente natural e construído; inibição da especulação imobiliária nas áreas de ZEIS para assim evitar a expulsão dos moradores; incentivar a participação comunitária no processo de urbanização e regularização fundiária; respeitar as características e tipicidades das áreas quando houver intervenções urbanísticas e de regularização fundiária; incentivar e fortalecer as atividades de geração de emprego e renda. Outro princípio previsto pela Lei, que merece destaque, é o que deixa evidente que para obtenção de um habitat digno não se faz necessário apenas suprir a demanda de habitações, tratando da seguinte forma: “V - a implementação de infraestrutura básica, serviços, equipamentos comunitários e habitação de acordo com as necessidades sócio-econômico-culturais dos moradores das ZEIS”.

Com isso, a Lei vem oferecer aos moradores os instrumentos necessários para permanecer no local habitado, local esse onde já existem relações de identidade entre morador e moradia. Para tanto, a lei define que devem ser elaborados planos urbanísticos que levem em consideração as tipicidades de cada assentamento e, que atendam as condições de habitabilidade. O PREZEIS inovou ao trazer uma estrutura de gestão para as ZEIS. A Lei do PREZEIS vem regulamentar direitos para as ZEIS, que são áreas que necessitam de atenção especial, por isso precisam de legislação específica, que conceda na prática a regularização da posse de terra, a urbanização, a integração na malha urbana e a infraestrutura necessária para se morar com dignidade.

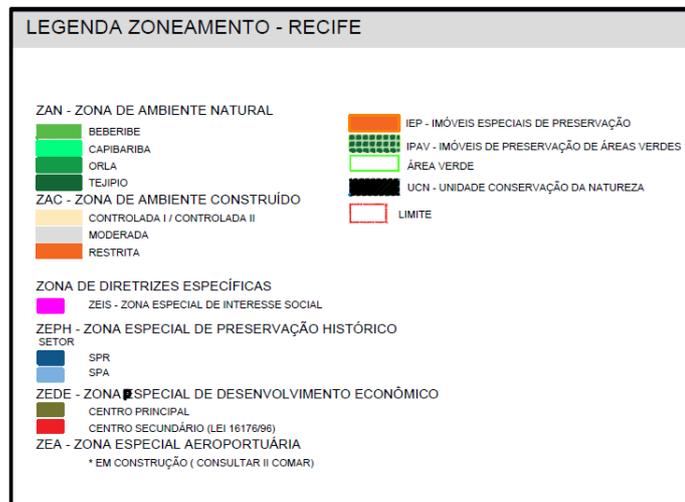
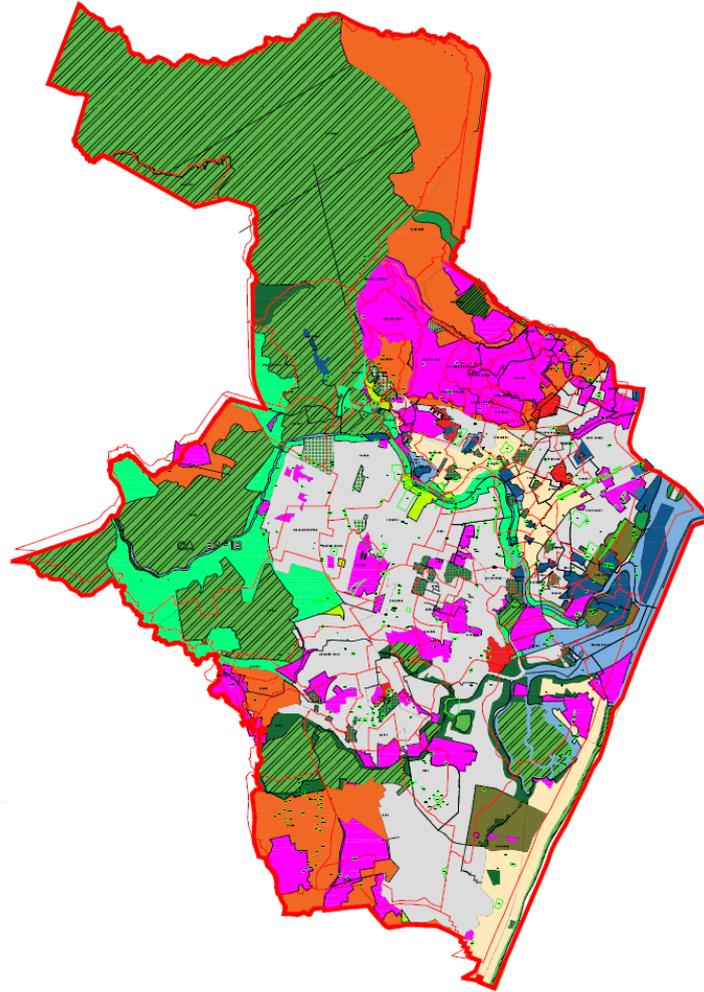
Dentro do PREZEIS existem duas instâncias, uma delas são as Comissões de Urbanização e Legalização (COMUL). Compete às COMULS a formulação, coordenação, implementação e fiscalização dos planos de urbanização e regularização fundiária a serem implantados nas ZEIS. Existe também o Fórum permanente do PREZEIS, que é o local de articulações entre os diversos componentes que formam as ZEIS (poder público, população, entre outros), lugar de discussão para decidir novos rumos para as áreas. Compete ao fórum a solicitação de transformar uma nova área em ZEIS, definir padrões urbanísticos e definir o que fazer com recursos do Fundo do PREZEIS (LIMA, 2012).

No entanto, a ausência de programas habitacionais de construção de moradias em áreas de ZEIS tem contribuído para a autoconstrução, os moradores que necessitam de expansão das habitações não contam com o auxílio de técnicos no processo, com isso acabam construindo

as próprias habitações em áreas de risco, cresce a verticalização em áreas de morro, o que aumenta o risco de desabamento.

Recife possui aproximadamente 500 áreas pobres, dessas áreas apenas 73 são ZEIS, de acordo com dados da Prefeitura do Recife. Além dessas, existem mais 10 áreas que solicitaram a transformação em ZEIS. Percebe-se que Recife é uma cidade onde existem vários assentamentos irregulares e como esses assentamentos já se encontravam consolidados não havia outra solução a não ser reconhecê-los e regularizá-los já que os mesmos já possuíam dinâmica social própria e abrigavam grande número de pessoas. A Figura 1, na página seguinte, mostra o zoneamento da cidade do Recife.

Figura 1: Mapa do Zoneamento do Recife



Fonte: PCR, 2009.

Através dos estudos feitos sobre habitação percebe-se que no final do século XIX e início do século XX não houve uma preocupação com a formação dos assentamentos irregulares, como oferecer moradia digna e acesso à terra aos escravos libertos, aos migrantes vindos a cidade pelo êxodo rural e aquelas famílias que sem opção de moradia foram ocupar as áreas de morro. Essa falta de preocupação se reflete até os dias atuais na configuração do zoneamento da cidade.

O crescimento espontâneo e desordenado, sem interferência do poder público por um longo período de tempo e com programas habitacionais pouco eficazes fez com que moradias fossem erguidas em locais sem a devida infraestrutura, e sem acesso aos equipamentos necessários à população. Afetando diretamente a vida dos moradores, que necessitam de condições para habitar dignamente. Os assentamentos irregulares foram se consolidando ao longo do tempo, transformando-se em comunidades, as quais precisam ser incluídas no planejamento da cidade, e ser oferecidas condições de habitabilidade, condição necessária para a vida na cidade, conforme será discutida no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

A INFLUÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Devido à ausência de uma política habitacional eficiente ao longo da história, muitos excluídos do acesso à moradia pelos meios formais, encontraram sua própria alternativa habitacional, mas sem as condições necessárias de habitabilidade, conceito esse que vem sendo ampliado e aperfeiçoado, no intuito de evidenciar quais as condições necessárias para o morar digno. Sendo assim, neste capítulo serão discutidos alguns conceitos de habitabilidade, visando compreender quais os atributos que devem existir para o atendimento da mesma. Destaca-se entre eles, os equipamentos comunitários, um dos atributos necessários para boas condições de moradia. E por fim, busca refletir sobre a importância que esses equipamentos têm para o atendimento da habitabilidade.

2.1 A HABITABILIDADE: UM CONCEITO EM AMPLIAÇÃO.

A moradia digna é considerada como um direito fundamental na Constituição Federal de 1988, conforme se encontra exposta no artigo 6º: “São direitos sociais **a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança**, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifos nossos). Com esse artigo a Constituição decreta que todos têm direito ao acesso a moradia. O entendimento a respeito da moradia digna vem sendo ampliado, não é apenas referente a unidade habitacional. Morar com qualidade implica em uma série de atributos. Sendo assim se faz necessário ampliar o conceito, designado por habitabilidade.

O termo habitabilidade engloba as condições para se morar bem, considerando os aspectos que interferem de maneira direta na qualidade de vida, como: a solução arquitetônica, a posse da terra, o entorno, a infraestrutura, e o acesso a cidade e aos equipamentos comunitários. Pode ser entendida tanto relativa à unidade habitacional, no sentido da qualidade de vida dos moradores, como à habitabilidade urbana, que considera a moradia como parte integrante da cidade inserida em um contexto urbanístico. Segundo Carlos Antônio Brandão (2005),

A habitabilidade vem de *habere*, do ter e do ter-se no mundo, de tomar posse dele e de si: uma das formas do ser humano constituir sua posse de si e do mundo é edificando o seu *habitat*, no qual define e funda seus hábitos, sua habitualidade, e dá-lhes lugar, ou seja, cria uma morada, abriga os seus costumes, *more*. A habitabilidade de um espaço cria o bem-estar quando se conforma um meio através do qual o habitante se conquista, se identifica, se vê abrigado em seus costumes, seus hábitos, e encontra no *habitat* um modo de se ter, de encontrar-se depois de girar o mundo, a cidade ou o dia de trabalho. O bem-estar varia no transcurso do tempo e com a variação dos costumes: o bem estar na história (...). Esta divergência de bem-estares conforme as diferenças culturais gira em torno de um único núcleo: produzir a habitabilidade e o sentimento do habitar nos habitantes do espaço. Assim, se o bem-estar diverge entre vários tempos e culturas, (...) também serão diversos os espaços que o produzem, mas todos se orientando para um único projeto: produzir a efetiva habitação do sujeito, e não seu mero alojamento ou abrigo.

Com o crescimento dos assentamentos irregulares nas grandes cidades tem crescido também a quantidade de áreas sem qualidade de vida. Devido a carência de moradia as pessoas terminam por encontrar uma alternativa habitacional por conta própria, porém nem sempre os serviços públicos acompanham a demanda necessária para oferecer bem-estar para as comunidades. Além de que as soluções encontradas por programas habitacionais em sua maioria estão voltados para a construção de conjuntos habitacionais, locados em áreas periféricas, distantes dos centros e sem a preocupação com os condicionantes da qualidade de vida, preocupa-se mais com a quantidade do que com a qualidade (HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL, 2007). Ou seja, existe o pensamento de que o problema habitacional será resolvido com apenas a construção de novas unidades habitacionais. Porém, apesar dessa solução amplamente repetida na cidade do Recife, percebe-se que não é necessário apenas relocar famílias, mas sim investir na melhoria dos assentamentos irregulares já consolidados. A qualidade das habitações é de suma importância, pois diz respeito ao bem-estar dos moradores. A partir do entendimento da habitabilidade podem-se desenvolver soluções para a problemática habitacional. Pois sabendo o que se precisa para habitar digno é possível perceber o que falta para que os assentamentos irregulares tenham condições de habitabilidade. A Cartilha Produção Social do Habitat, produzida pela ONG Habitat para a Humanidade Brasil, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco em 2007, conceitua a habitabilidade da seguinte forma:

A habitabilidade é um conceito complexo, que envolve muitos aspectos que afetam a qualidade da moradia, como a qualidade da casa em termos de material de construção, área construída, divisões internas e instalações, a segurança da posse da terra, a infra-estrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem, sistema viário, forma do bairro e disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços públicos, transporte, segurança, áreas de lazer e convivência comunitária, entre outros. (HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL, 2007).

Nas condições de habitabilidade podem ser entendidas tanto questões de ordem objetiva como de ordem subjetiva. As objetivas são relacionadas às condições físicas da moradia, infraestrutura e mobilidade. Já as subjetivas são relacionadas a cultura, necessidades e vontades dos moradores (HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL, 2007). É importante nessa definição o papel do morador, que é quem vai usufruir do local no dia-a-dia. Suas vontades e seus costumes tem que ser levados em consideração na hora de criar novos espaços e políticas de cunho social.

A figura 02 representa um esquema que mostra um conjunto de condições que atendem a habitabilidade, cada um da sua maneira contribuem para a melhoria do habitar da população.

Figura 2: Esquema parâmetros de habitabilidade



Fonte: Habitat para a humanidade Brasil, 2007 adaptado pela autora.

A habitabilidade não analisa apenas a esfera física, aquela das condições da moradia, mas também analisa as condições no sentido psicológico e social (BONDUKI, 2001, p. 208 apud OLIVEIRA, 2013, p. 78). É uma junção das três condições que possibilitam ao morador a habitação digna de forma plena. À condição física pode-se atribuir o estado do imóvel e da infraestrutura. A esfera psicológica pode ser relacionada aos anseios pessoais dos moradores, a identidade que o morador tem com o local, a segurança da posse da terra, os costumes e a cultura do local. A esfera social diz respeito aos programas sociais existentes na comunidade e

os equipamentos comunitários, os mesmos também se encaixam na esfera física, partindo do pressuposto que são unidades físicas, mas se encaixam na esfera social, pois podem ser transformadores sociais e locais de auxílio nas necessidades básicas da população, como escolas, postos de saúde, praças e áreas de lazer.

Bonduki (2001) divide a habitabilidade em dois conceitos, a habitabilidade da unidade habitacional e a habitabilidade urbana.

O indicador referente à *habitabilidade da unidade habitacional* diz respeito ao conjunto de aspectos que interferem na qualidade de vida e comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e sociais [...]. O indicador *habitabilidade urbana* parte do pressuposto de que a moradia é entendida em seu sentido amplo, conjugando-se ao direito à cidade. Essa avaliação deve verificar em que medida a habitação responde a uma preocupação dessa ordem, de estar inserida na malha urbana, baseada em sua relação com a rede de infraestrutura e a possibilidade de acesso a equipamentos públicos. (BONDUKI, 2001, p. 208 apud OLIVEIRA, 2013, p. 78).

Neste conceito Bonduki define que a unidade habitacional é relacionada aos aspectos que interferem na vida da comunidade, e a habitabilidade urbana é a comunidade inserida no contexto da cidade. Com isso fica evidente que não adianta pensar apenas a habitabilidade da moradia, sem pensar na comunidade ao qual faz parte, que a mesma está inserida em um contexto maior, que é a cidade. Dentro da cidade já existem dinâmicas e processos os quais as comunidades têm que se adequar, como a infraestrutura da rede de saneamento e mobilidade.

Para a habitabilidade acontecer de forma plena um conjunto de fatores tem que estar funcionando de maneira correta. No que diz respeito a unidade habitacional a mesma tem que ser construída com material adequado, com um número mínimo de cômodos (quarto, sala, banheiro e cozinha), ser bem arejada e iluminada e com boas instalações elétricas e hidráulicas. Na configuração urbana deve ser entendido que os assentamentos irregulares têm um desenho específico, devido ao histórico de sua formação, que não foi orientado nem ordenado. Procura-se manter a população no local, com a mesma tipicidade e promover a regularização fundiária. Na rede de infraestrutura é necessário que exista uma rede de água, esgoto, saneamento, coleta e destinação de lixo, rede elétrica e viária específicas para os assentamentos, com eficácia e regularidade, vindo a contemplar toda a comunidade. A oferta de segurança pública e iluminação também são fatores que contribuem para as condições de habitabilidade. Na mobilidade devem ser oferecidos vias e percursos adequados para a

população local. Transporte público e pontos de ônibus de qualidade que contemplem a demanda. Oferecer segurança e conforto e preço de passagens acessíveis, adequados a renda dos moradores e também a oferta de equipamentos comunitários (VILAÇA, MORA, 2004). E é esse último item que será melhor discutido aqui nesse trabalho.

Habitabilidade não é apenas um conjunto de condições particulares de cada unidade habitacional, mas sim um conjunto de fatores que envolvem desde a casa, passando pelo entorno e se integrando à cidade. Oferecer condições dignas e mínimas para o habitar, não é questão de apenas ter um lugar para se abrigar, mas sim ter condições de permanecer no local e viver em locais salubres, com o direito de ir e vir, com a posse da terra, podendo realizar melhorias e não conviver com o medo de perder a moradia, além de ter acesso a equipamentos que sejam transformadores de realidade e que auxiliem nos serviços e necessidades básicas.

2.2 OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Conforme citado anteriormente o fator equipamentos comunitários é um dos componentes que interferem de maneira direta para se atingir condições de habitabilidade. Destaca-se a importância desses equipamentos, por se tratar de locais que proporcionam acesso a serviços e lazer para a população, podendo apresentar variadas possibilidades, as quais permitirão que sejam desenvolvidas atividades que valorizem o cidadão, sendo assim, permitindo a cidadania plena.

Considerando a importância dos equipamentos comunitários no desenvolvimento urbano, a Lei federal 6.766/79, que trata do parcelamento do solo urbano previu para os parcelamentos formais, ou seja, no planejamento da cidade a obrigatoriedade de áreas “destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem”, conforme Art. 4^a, Inciso II. A referida lei também considera comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.

A lei do PREZEIS, conforme discutida no Capítulo I deste trabalho, também traz como uma das diretrizes da urbanização das ZEIS em Recife: “Implementar equipamentos urbanos e comunitários consentâneos com as necessidades e características socioeconômicos e culturais dos moradores das ZEIS” (Lei 14.197/87, Art. 6^a, I). Dessa forma, evidencia que

mesmo para os assentamentos não planejados devem também ser pensados quando da sua urbanização a implantação de equipamentos comunitários.

O decreto federal N°7.341, de 22 de Outubro de 2010, que trata da regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal conceitua e distingue no artigo 2º equipamentos públicos urbanos e equipamentos públicos comunitários:

“§ 1º Consideram-se equipamentos públicos urbanos as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres.

§ 2º Consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres. “ (DECRETO N° 7.341, 2010)

Os equipamentos públicos comunitários também trazem para os moradores a oportunidade de socialização. Os equipamentos comunitários promovem a sociabilidade dos moradores e oferecem oportunidades de emprego, saúde, educação e lazer, desenvolvendo a comunidade e fazendo com que as pessoas vivam de maneira mais digna.

Os equipamentos públicos urbanos são mais relacionados a infraestrutura, rede de transporte, energia, água, etc. Influenciam nas condições de habitabilidade por se tratarem de equipamentos que disponibilizam condições para a moradia ter um bom funcionamento, com salubridade e acesso a itens básicos de consumo humano, como água e energia elétrica. O transporte público oferece condições de acesso e deslocamento no meio urbano, integrando a comunidade às demais áreas da cidade. Os equipamentos públicos comunitários, objetos centrais de investigação desse trabalho, podem ser áreas que promovem transformação social principalmente através das oportunidades de acesso à educação, cultura, assistência social, esportes e lazer. Acredita-se que esse tipo de equipamento promove forte impacto na comunidade, podendo sanar problemas de violência, uso de drogas e carência de oportunidades. De acordo com Vilaça e Mora (2004), “Os equipamentos comunitários visam incentivar e promover a sociabilidade da comunidade, minimizando inclusive problemas relacionados às drogas e violência [...]”. Os equipamentos são variados, indo de acordo com o potencial do local, podem ser creches, escolas, centros profissionalizantes, praças, campos de futebol e parques. Tudo isso tem que estar atrelado ao acesso que essas pessoas têm ao

mercado de trabalho e a incidência de políticas públicas de habitação e urbanização no local que se habita (VILAÇA, DE LA MORA, 2004).

Os equipamentos urbanos, segundo a NBR 9284/86, são aqueles que prestam serviços para o funcionamento da cidade, podendo ser públicos ou privados. A mesma conceitua equipamentos urbanos de maneira geral da seguinte forma: “Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados”. Esse conceito se assemelha a definição de equipamentos comunitários, por este motivo será discutido neste trabalho, visto que os equipamentos urbanos também existem para melhorar as condições de vida da sociedade. Essa classificação pode ser aplicada à gestão e ao planejamento urbano, porém não anula as legislações federais, estaduais e municipais existentes. A norma divide equipamentos urbanos em categorias demonstradas no quadro 01.

Quadro 01: Categorias da NBR 9284/86

CATEGORIAS	REFERENTE À:
Circulação e transporte	Estacionamento; logradouros públicos e vias especiais; vias, terminais, estações do sistema de transporte em suas diversas modalidades.
Cultura e religião	Biblioteca; cemitério e crematório; centro cultural; centro de convenções; cinema; concha acústica; jardim botânico, jardim zoológico, horto florestal; museu; teatro; templo.
Esporte e lazer	Autódromo, kartódromo; campo e pista de esporte; clube; estádio; ginásio de esportes; hipódromo; marina; piscina pública; parque; praça.
Infraestrutura	Correios e telégrafos, rádio e televisão, telefonia; Combustível doméstico canalizado, energia elétrica; Abastecimento de água, esgotamentos sanitário e pluvial, limpeza urbana, lavanderia coletiva.
Segurança pública e proteção	Corpo de bombeiros; delegacia; instalações militares; posto policial; posto de salvamento.
Abastecimento	Armazém, silo; central de abastecimento; mercado municipal; posto de abastecimento de veículos; supermercado.
Administração pública	Sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário (Palácio do Governo, Prefeitura, Câmara e Fórum).
Assistência social	Asilo; centro social, comunitário; centro de triagem; creche; orfanato; penitenciária; reformatório.
Educação	Colégio; escola; escola técnica; faculdade; universidade.
Saúde	Ambulatório; centro de saúde; hospital; posto de saúde.

Fonte: Quadro elaborado pela autora baseada em dados da NBR 9284/86, 2016.

Conforme visto no quadro 01 os equipamentos urbanos destacados são variados e atuam nas mais diversas áreas, afetando diretamente a vida da população, todos podem colaborar para um habitar mais digno, pois cada um traz uma contribuição diferente que juntas transformam a comunidade e todos têm sua importância, seja relativa à segurança, educação, saúde, lazer, socialização ou infraestrutura.

A carência de equipamentos comunitários em comunidades pode atrapalhar o desenvolvimento da mesma. Uma comunidade que oferece creches, escolas, centros profissionalizantes, incentivo a prática esportiva e cultural disponibiliza para os moradores formação digna e conhecimento aprimorado. O lazer também tem que estar presente no dia-a-

dia dos moradores, como locais de descontração e interação, melhorando a qualidade de vida da população. Além de acesso a saúde e segurança, que estão diretamente ligados ao bem estar dos moradores.

Conclui-se que equipamentos comunitários são aqueles de uso comum à população que de alguma maneira contribuem para os serviços prestados. Podem ser de uso público ou privado. Os mesmos podem contribuir de maneira direta na vida da população que vive em áreas de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), pois o acesso a esse tipo de equipamento também já está previsto na legislação das áreas. A transformação social e comunitária que os equipamentos trazem pode contribuir para maior inserção das comunidades na cidade formal, através de oportunidades de acesso a educação, cultura e capacitação, mostrando que a comunidade também pode formar cidadãos capacitados para desempenhar funções em qualquer lugar da cidade. Além de diminuir os índices de carência relativos à educação, cultura, emprego e oportunidades.

CAPÍTULO III

O ALTO JOSÉ DO PINHO

O presente capítulo irá apresentar a história do Alto José do Pinho, objeto de estudo empírico deste trabalho. Tratar de sua formação e ocupação ao longo dos anos. Portanto, serão tratados fatos importantes ocorridos nessa localidade e entender como se chegou a estrutura fisicosocial atual. Serão discutidas as especificidades do local e como estão as condições de habitabilidade atualmente no Alto José do Pinho. Para essa construção, informações foram coletadas através de pesquisa bibliográfica sobre o Alto, entrevistas com os moradores locais e lideranças comunitárias e observações durante as visitas no local.

3.1 A FORMAÇÃO

O surgimento da comunidade Alto José do Pinho, objeto de estudo desse trabalho, ocorreu no início do século XX, devido à migração de pessoas do interior que vieram morar na cidade devido a crise na indústria canavieira, a seca e a industrialização que gerava novas oportunidades nas grandes cidades. O título jurídico das terras do Alto é do período colonial, pertencia ao engenho São Pantaleão do Monteiro. Após o falecimento da dona do engenho as terras passaram para a sua filha, dona Josefa Francisca de Mello Marinho, casada com Francisco Marinho de Albuquerque de Mello. A propriedade administrada por Francisco ficou conhecida como “Propriedade Marinho”. Em 1942 a propriedade passou a ter 33 herdeiros, o que dificultou a administração, sendo necessária a criação de uma empresa, a Imobiliária Pernambucana, para administrar as terras (LEITE, 2009).

Os primeiros moradores do Alto José do Pinho construíam suas moradias sem a interferência dos donos, pois os mesmos pensaram em uma estratégia de obter lucro com a ocupação já consolidada. Logo em seguida, os donos das terras ocupadas iam junto com os capangas cobrar o aluguel do chão às respectivas famílias.

Segundo Leite (2009), nas décadas de 1930 e 1940 o número dos moradores do Recife aumentou devido a grande quantidade de pessoas que veio trabalhar no Polo industrial e no comércio. Devido a grande demanda de moradores as indústrias passaram a construir vilas operárias para abrigar as famílias dos funcionários. Na década de 1940 as fábricas em crise passaram a não construir mais as vilas operárias, o que levou as famílias a ocupar novas áreas,

como os morros, já que não eram espaços valorizados pelo capital imobiliário. A ocupação no Alto cresceu de forma considerável nessa época. Até a década de 1940 o morro não teve aumento significativo de população, mas a partir de então a quantidade de pessoas migrando para o morro aumentou significativamente. Os problemas existentes nas periferias naquela época eram relacionados à precariedade no abastecimento de água e aos altos aluguéis pagos pelos moradores. A década de 1950 foi a que apresentou maior crescimento no Alto, devido ao crescimento urbano na cidade do Recife, como discutido no capítulo I deste trabalho.

Leite (2009) destaca que o Alto José do Pinho na época de sua ocupação era conhecido por Alto do Munguba e as primeiras moradias eram feitas de taipa e palha, localizadas em meio ao capinzal existente no morro. Na década de 1960 um grupo de americanos apareceu no Alto com a organização “Corpo dos Voluntários da Paz”, cobrindo parte das moradias com zinco, deixando o capim de lado. Inicialmente as habitações se encontravam espaçadas umas das outras, já que o número de moradores era inferior a dimensão do morro, que possuía em média 15 hectares. No início da ocupação do Alto José do Pinho o abastecimento de água se dava através de riachos e córregos que existiam nas redondezas. Só a partir da década de 1940, quando a ocupação do morro começou a acontecer de forma mais intensa, é que o abastecimento passou a ser feito através dos chafarizes. Inicialmente eram chafarizes particulares, mas em 1960 o prefeito Miguel Arraes iniciou a instalação de chafarizes públicos, dessa forma foram instalados seis chafarizes no Alto José do Pinho.

Quanto ao nome dado à comunidade existem várias versões, porém, segundo Leite (2009) a mais próxima da realidade é a de que José do Pinho era um cobrador de aluguel de uma parte das terras locais, mas não se sabe ao certo se ele foi apenas um cobrador ou se era o proprietário das terras.

O primeiro relato de atividades políticas no Alto, segundo os moradores, se deu através da família Corrêa, a partir da década de 1950. Os irmãos Fábio e Clóvis Corrêa, políticos engajados com as atividades do Alto José do Pinho, foram os responsáveis por incluir vários serviços públicos na comunidade nessa época, como as festas na sede do Bom Sucesso Futebol Clube, melhoria da iluminação com a implantação de postes, calçamento de uma parte das vias, acesso a dentistas e médicos e em 1954 inauguraram a escola Maria Tereza. Nas décadas seguintes os bailes funks promovidos no Bom Sucesso ficaram famosos no Alto. Enquanto a família Corrêa dominava no Alto José do Pinho foi instalado o diretório, por

Clóvis Corrêa na gestão de José do Rego Maciel. O diretório era um local onde havia apresentações, festas culturais, atendimento médico e cursos para domésticas (LEITE, 2009).

Na década de 1950 chega ao Alto a Irmã Inês, da ordem católica das Damas, que inicia um trabalho social no Alto José do Pinho. Em 1968 foi inaugurado pelas irmãs das Damas o Colégio Santa Maria, ao lado do colégio existe o Centro Social Dom João Costa, que presta assistência a comunidade através de atividades desenvolvidas com os moradores. O centro surgiu na década de 1960, a partir do momento em que o papa João XXIII convocou os religiosos e religiosas a saírem de sua zona de conforto, de dentro dos conventos e congregações e irem à busca de fiéis em áreas vulneráveis, como cidades do interior, sítios, periferias e aldeias indígenas. Dessa maneira um grupo de religiosas das Damas se dispôs a ir para os morros, iniciando o trabalho no Alto José do Pinho. A figura 3 mostra um dos primeiros grupos que as irmãs trabalharam.

Figura 3: Primeiros registros da atividade das irmãs das Damas no Alto, 1958.



Fonte: Acervo do Centro Social Dom João Costa, 1958.

Os primeiros trabalhos eram apenas de catequese, logo depois iniciaram a primeira turma da escolinha com as crianças do morro. Uma jovem moradora do Alto era capacitada para lecionar aos alunos, se tornando a primeira professora da escola. As mães que vinham de várias localidades mais distantes para deixar os filhos na escola ficavam esperando os mesmos largarem para poder voltar para casa. A partir disso surgiu a ideia de oferecer ocupação para essas mães enquanto elas esperavam seus filhos. Percebem-se aí os primeiros sinais de um Centro Social, bem como, de um equipamento comunitário no Alto. O primeiro curso oferecido foi o de confeitaria, que dava oportunidade das mães trabalharem nas festas de

família, porém essa capacitação tomou maiores proporções e passou a ser uma fonte de renda para as mulheres. Novos cursos foram surgindo ao longo dos anos, como, datilografia, computação, e cursos estendidos também para o público masculino, como marcenaria. A partir de determinado momento foi percebido que tinha muitas atividades para jovens e adultos, mas faltava algo para atender as crianças do Alto. Além da escola, que estudavam no período da manhã, a tarde o Centro disponibilizava atividades de arte, esportes e educação no período da tarde.

Segundo Leite (2009), a Imobiliária Vieira da Cunha veio para organizar a cobrança do aluguel no Alto, que predominou até o início de 1980, quando o Movimento Terras de Ninguém que tinha o apoio da Igreja Católica, na pessoa de Dom Helder Câmara, começou a lutar pela desapropriação dos morros de Casa Amarela, o qual fazia parte o Alto José do Pinho, entre outras localidades. Segundo relatos de moradores mais antigos do Alto, em 1982 começou a acontecer movimentos pela desapropriação das terras do Alto. O governo do estado desapropriou as terras da Imobiliária Viera da Cunha e passou a regularização da posse para o povo. Após essa desapropriação cada morador ganhou a posse da terra e passou a fazer melhorias nas moradias, ganharam materiais e mão de obra para construir casas de alvenaria.

A partir da década de 1980 a família Corrêa começa a perder força com o movimento pela desapropriação de terras, a sociedade se mobiliza nesses movimentos nos morros de Casa Amarela e recebe apoio da oposição. Na gestão do prefeito Gustavo Krause, na década de 1980, foi instalado pontos de apoio da prefeitura nas comunidades, os “barracões”, onde todo atendimento social da comunidade passou a ser feito, contribuindo também para diminuir a popularidade de Clóvis Corrêa. Através dos barracões a população tinha acesso a médicos, dentistas, advogados e assistentes sociais. Além do atendimento social havia no barracão a parte de entretenimento, com jogos, som e televisão, além de festas.

Os equipamentos comunitários estiveram presentes ao longo da história do Alto em diversos formatos. A Praça 04 de Outubro reunia vendedores de comida e balões para as crianças (LEITE, 2009). O que leva a entender que a praça era movimentada e frequentada pelos moradores do local, o que contrasta com as atuais condições das praças do Alto José do Pinho, que segundo os próprios moradores do local estão sujas e mal cuidadas. Leite (2009) coloca que os pequenos pontos comerciais que vendiam diversos produtos de primeira necessidade para a população, as chamadas “vendas” existiam desde o início da ocupação, predominando na economia local. Essas vendas também eram responsáveis pelo lazer da

população, nelas aconteciam apresentações culturais como cavalo marinho, pastoril, ou danças de forró e ciranda. Também na Praça 04 de Outubro havia um cinema e uma televisão de uso público. Cinemas como o “Incha Pé” e o Cine Guarani promoviam entretenimento para a população. O primeiro era ao ar livre e gratuito.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

O Alto José do Pinho é um bairro situado nos morros da zona Norte do Recife. Localiza-se na Região Política Administrativa (RPA) 3 e pertence a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Casa Amarela, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife. O Alto José do Pinho possui uma população de 12.334 habitantes e 3.510 domicílios (PCR, 2010). O principal acesso ao Alto se dá pela Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar, que também é a forma de acesso a outros morros da zona Norte do Recife. Faz limites com o Morro da Conceição, Mangabeira e Bomba do Hemetério. A figura 02 a seguir mostra a localização do Alto José do Pinho no Recife.

Figura 4: Localização do Alto José do Pinho

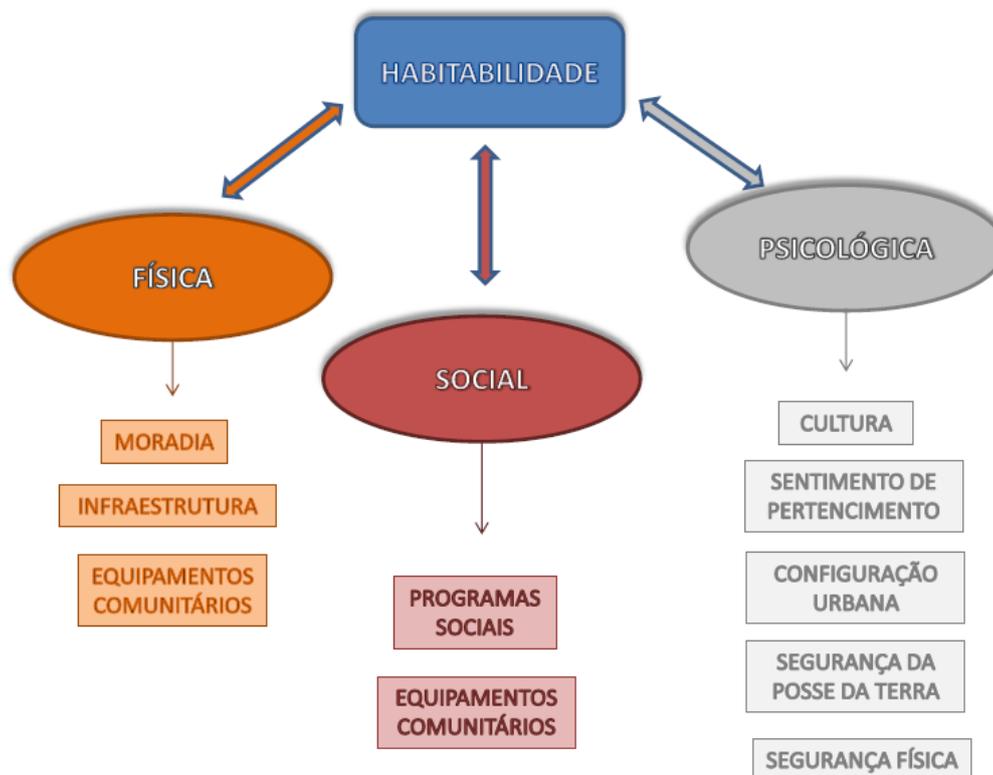
Fonte: PCR, 2010.

3.3 UMA METODOLOGIA PARA HABITABILIDADE

As condições de habitabilidade foram analisadas no Alto José do Pinho, a partir de uma metodologia baseada nos conceitos de Bonduki (2001) e Vilaça e Mora (2004). Na pesquisa de campo foram feitas entrevistas com os moradores do local, sem características específicas, foram escolhidos de forma aleatória e espontânea, a fim de obter resultados mais reais e distintos. 70% dos entrevistados moram no Alto José do Pinho há mais de 20 anos, alguns alcançam 50 anos como moradores. A entrevista contemplou um total de 20 moradores, do sexo masculino e feminino, de faixas etária diferentes, com o intuito de contemplar um público variado que utiliza equipamentos comunitários distintos. Com a finalidade de verificar como os moradores se relacionam com os equipamentos comunitários, além de avaliar o grau de satisfação sobre os mesmos, as carências e necessidades dos moradores quanto a comunidade e aos equipamentos comunitários.

As entrevistas foram feitas contendo duas partes: A primeira parte foi através de informações gerais sobre as condições de habitabilidade. Sendo assim, se buscou saber se os moradores possuem a posse da terra; o grau de satisfação como morador do Alto José do Pinho, o que sente falta na comunidade e perguntas abertas sobre os equipamentos comunitários. Essa primeira etapa buscou compreender como os moradores enxergam a comunidade e em que se identificam, buscando descobrir o que falta para a satisfação como residente do Alto José do Pinho ser plena. A segunda parte buscou identificar a partir da pesquisa induzida o que os moradores acham dos equipamentos comunitários no Alto. Para tanto, foram selecionados equipamentos existentes na comunidade, sendo eles: de saúde, educação, lazer e cultura, para serem analisados pelos moradores. Os critérios selecionados para análise foram: Descobrir quais equipamentos eles utilizam ou não; o grau de importância que atribuem a tal equipamento; o que o equipamento oferece de bom e em que pode melhorar. Essa última pergunta tem por objetivo compreender quais as deficiências nos equipamentos que afetam os usuários, para que possam ser pensadas diretrizes de melhoramento baseadas na opinião dos moradores.

A metodologia utilizada foi baseada na junção dos conceitos de Bonduki (2001) e de Vilaça e Mora (2004), que podem ser vistos com capítulo II deste trabalho. As condições para um habitar digno foram sistematizadas dentro das três esferas: física, psicológica e social. Como pode ser visto no esquema da figura 5.

Figura 5: Fatores determinantes para as condições de habitabilidade

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

A partir dessa divisão é possível analisar as condições de habitabilidade compreendendo em que cada fator influencia. A moradia, infraestrutura e os equipamentos comunitários influenciam no fator físico. Uma comunidade necessita de boas condições físicas para que seus moradores possam morar com dignidade, com acesso a serviços de primeira necessidade, como: moradia digna, abastecimento de água, coleta de lixo, acesso ao transporte e esgotamento sanitário. A cultura e o sentimento de pertencimento do morador para com o local, além da configuração urbana, a segurança da posse da terra e a segurança física, aquela relativa a integridade do morador correspondem ao fator psicológico. Fatores como projetos sociais e equipamentos comunitários se encaixam na esfera social. Os equipamentos comunitários oferecem acesso a serviços como saúde, educação, lazer, ao mesmo tempo em que promovem transformação social. Aliado a isso, os projetos sociais trazem melhorias diretas para a comunidade, além de oferecerem oportunidade e mudança de realidades, através das atividades desenvolvidas.

É possível perceber que uma esfera depende da outra de maneira direta para promover bem estar para a população, apesar da divisão os fatores se integram e um sempre acaba influenciando no outro.

3.3.1 O Alto Jose do Pinho enquanto ZEIS

Antes de mensurar as condições de habitabilidade no Alto José do Pinho, dentro dos critérios estabelecidos, num primeiro momento se buscou saber questões pertinentes as ZEIS, haja vista que a comunidade tem a proteção desse instrumento ZEIS.

O Alto José do Pinho está situado na ZEIS CASA AMARELA, onde a Lei do Plano de Regularização das ZEIS (PREZEIS), em seu artigo 4º afirma que dentro das áreas com esse zoneamento tem que haver: “V - a implementação de infraestrutura básica, serviços, equipamentos comunitários e habitação de acordo com as necessidades sócio-econômico-culturais dos moradores das ZEIS”. Porém, apesar de ser um dos requisitos estabelecidos pelo PREZEIS, na prática esse princípio não vem sendo priorizado nos planos urbanísticos como uma condição fundamental na melhoria das comunidades. Mesmo o Alto José do Pinho estando em uma ZEIS, com legislação específica, que propõe planos de regularização urbanística, não existe nos órgãos responsáveis nenhum plano urbano para o bairro. Após visitas a órgãos competentes como a Empresa de Urbanização do Recife (URB) e contatos com a Prefeitura do Recife, Instituto Pelópidas Silveira, que são órgãos que cuidam do planejamento e projetos da cidade, foi verificado que não houve nenhum plano urbanístico para a área do Alto José do Pinho e, conseqüentemente, nunca houve uma Comissão de Urbanização e Legalização (COMUL) instalada, ou seja, o bairro fica carente de formulação de planos urbanísticos para melhoraria do local. Infelizmente percebe-se que a transformação da área em ZEIS nem sempre vem garantir o planejamento e melhorias para a comunidade.

Em consulta a comunidade, através de entrevistas foi questionado se os moradores sabiam o que era uma ZEIS e se tinham conhecimento que o Alto José do Pinho se encontra em uma área de ZEIS. No entanto, todos os entrevistados afirmaram desconhecer tal fato. Nem sabem o que é uma ZEIS, e muito menos que o Alto está inserido nessa zona. Isso demonstra que não há propagação da informação nem investimento por parte dos órgãos competentes para promover mudanças e melhorias no local, os moradores desconhecem o próprio zoneamento da cidade para a área em que habitam e com isso não sabem nem o que cobrar aos órgãos competentes. Sendo assim, tanto do ponto de vista institucional, como da comunidade local, o

Alto José do Pinho e as ZEIS não se relacionam, o que dificulta a melhoria das condições de habitabilidade.

3.4 HABITABILIDADE E SUAS ESFERAS

Através das visitas e entrevistas feitas no local foram analisadas as condições de habitabilidade e as mesmas foram divididas nas esferas propostas na metodologia, física, psicológica e social.

3.4.1 Esfera Física

A esfera física mostra sua importância por ser o primeiro fator necessário para viver bem. Possuir um lugar para morar, com condições dignas de estrutura física e acesso a serviços de infraestrutura é o essencial para habitar em um local.

O Alto José do Pinho, por ser uma área de morro e de ocupação espontânea, apresenta traçado irregular. O padrão tipológico predominante no local são edificações de até três pavimentos, com predominância em alvenaria e telhas canal. A maioria dos imóveis são revestidos com massa ou cerâmica. É comum a existência de terraços na parte superior, que servem de espaços de lazer e área de serviço. A figura 6 mostra as habitações no Alto José do Pinho. Entre as edificações não existem recuos, tornando-as bem próximas uma das outras. Mesmo as casas sendo feitas de materiais adequados existem muitas deficiências quanto a ventilação e iluminação natural. Essa configuração na ocupação retrata a necessidade que os moradores têm pelo solo. Tudo isso é reflexo da ocupação nas primeiras décadas do século XX, onde muitas pessoas precisavam de locais para ocupar e não tinham muitas opções, tendo que optar por áreas mais baratas, como os morros, como visto no capítulo I. Sem planejamento os morros foram ficando cada vez mais adensados e consolidados, dando forma ao que existe hoje. A figura 7 mostra o adensamento do Alto José do Pinho, onde fica evidente a carência de espaços livres, para qualquer uso ou função, além da habitacional.

Figura 6: Moradias no Alto José do Pinho



Fonte: Acervo da autora, 2016.

Figura 7: Adensamento do Alto José do Pinho



Fonte: Blog Movimentosjuvenisbrasileirosparte7, 2011.

Na infraestrutura são contribuintes da habitabilidade uma rede de água e esgoto, saneamento, coleta e destinação do lixo, acessibilidade e rede elétrica e viária que venham a contemplar toda a comunidade. Ao percorrer as ruas do Alto José do Pinho e conversar com moradores do local foi possível constatar alguns aspectos relacionados à infraestrutura. Em relação à água, esgoto, lixo e transporte as opiniões dos moradores são compatíveis em sua maioria. O abastecimento de água não sacia completamente a população, pois a mesma se dá em dias alternados. E no período da festa do Morro da Conceição, localidade vizinha ao Alto José do

Pinho, onde se celebra a festa de Nossa Senhora da Conceição, no fim de novembro e início de dezembro, o abastecimento fica ainda mais precário, pois a maior parte da distribuição da água é transferida para lá. Isso se dá, pois o morro da Conceição recebe grande número de fiéis católicos. Com isso, o abastecimento no Alto fica prejudicado.

Com relação a outros aspectos da infraestrutura, como pavimentação, as ruas principais do Alto são pavimentadas, e de maneira geral esse padrão se mantém. Porém as ruas não são acessíveis para quem tem mobilidade reduzida, visto que as calçadas são estreitas e não facilitam o percurso do deficiente. Com relação a iluminação pública foram feitas queixas por parte dos moradores, alegando que as ruas poderiam ser mais iluminadas, para a segurança da comunidade. O esgoto no Alto José do Pinho fica em boa parte da comunidade a céu aberto, é evidente a precariedade desse serviço para a população. É comum ver o esgoto correndo pelas ruas do morro, como mostra a figura 8. O saneamento e a falta de investimentos por parte do poder público em realizar melhorias foi citado por um líder comunitário como um dos principais problemas existentes no Alto José do Pinho.

Figura 8: Esgoto a céu aberto no Alto José do Pinho



Fonte: Acervo da autora, 2016.

A coleta do lixo é um aspecto bastante elogiado pelos moradores. O lixo da comunidade é recolhido regularmente, mas apesar disso observa-se lixo espalhado pela comunidade. O que se conclui é que o maior problema do lixo está relacionado a educação dos próprios moradores, que o depositam em locais indevidos, acumulando-os em pontos específicos da comunidade, como mostra a figura 9.

Figura 9: Lixo acumulado em rua do Alto José do Pinho



Fonte: Acervo da autora, 2016.

No que diz respeito ao transporte, o Alto José do Pinho apresenta um terminal e sete paradas de ônibus, além de ter a Avenida Norte nas margens da comunidade, que é de fácil acesso aos pedestres. Através da Avenida Norte é possível pegar ônibus para vários pontos da cidade, como o centro, e ter acesso a terminais de ônibus, como o da Macaxeira, que permite acesso a outras localidades da cidade. Na figura 10 é possível identificar onde se situam as paradas e o Terminal Integrado do Alto José do Pinho, além da Avenida Norte Miguel Arraes.

Figura 10: Paradas de ônibus no Alto José do Pinho



Legenda: ➡ Terminal Integrado de Passageiros do Alto José do Pinho. ↔ Avenida Norte.

Fonte: Google Maps, 2016. Adaptado pela autora.

A rede viária divide opiniões dos moradores, uns se dizem satisfeitos, pois o Alto é um local bem localizado e com acesso a transporte público. Já outros moradores acham que seria necessária a implantação de mais paradas de ônibus para satisfazer de forma plena a demanda do bairro. As ruas do Alto são estreitas, dificultando a passagem dos ônibus e aumentando o risco dos moradores que se encontram na rua. Porém, mesmo com esses limitadores, que colaboram para a não promoção da habitabilidade de forma plena, os ônibus circulam pelo bairro e atendem, mesmo que parcialmente, a população.

3.4.2 Esfera Psicológica

Na esfera psicológica, é perceptível o sentimento de pertencimento por parte dos moradores para com o Alto José do Pinho. Durante as entrevistas foi perguntado o grau de satisfação como morador do Alto José do Pinho em uma escala de 0 a 10, mais de 50% das respostas atribuíram nota 10, além de algumas notas boas como 7, 8 e 9. De uma maneira geral, apesar de problemas relacionados a esfera física, os mesmos gostam de morar no Alto, pois se

sentem familiarizados com a vizinhança e com o local, gostam da localização em que o morro se encontra na cidade e têm orgulho da cultura local. Atualmente possuem a tranquilidade da posse da terra, pois após muitas reivindicações os moradores conseguiram, através do Governo do Estado, a posse das terras do Alto. Nas pesquisas de campo feitas no Alto José do Pinho foi constatado que 90% dos entrevistados possuem o documento de regularização da casa. Os 10% restantes moram de aluguel.

Outra condição que influencia na esfera psicológica é a configuração urbana, onde se faz necessário o entendimento de que os assentamentos tem um desenho próprio, que não é ordenado devido ao histórico de formação. A manutenção do desenho da comunidade aliado a regularização fundiária oferece aos moradores a condição de permanecer no local com as mesmas tipicidades, mantendo a identidade que o morador tem com a comunidade, como acontece no Alto José do Pinho e oferecendo a segurança da posse da terra. A figura 11 mostra o traçado do Alto José do Pinho e a configuração urbana do local.

Figura 11: Traçado do Alto José do Pinho



Fonte: Blog [Movimentosjuvenisbrasileirosparte7](#), 2011.

O Alto José do Pinho é conhecido na cidade pelas suas tradições culturais. É um local que apresenta uma efervescência cultural que se manifesta através de movimentos como Maracatu, Caboclinhos, Afoxé Ylê de Egbá, Escolas de samba, bandas de rock, poesia e teatro. Esses movimentos transformam a realidade cultural e social do Alto. Estão na esfera psicológica visto que a cultura é a identidade do local, as manifestações e projetos sociais

relacionados a cultura transformam a realidade e oferecem oportunidade de melhora de vida para os moradores que usufruem desses programas. Nesses locais é possível desenvolver e estimular a cultura, transformando a vida de seus moradores, oferecendo a eles a possibilidade de serem reconhecidos na cidade, e levar uma imagem positiva do Alto José do Pinho. A figura 12 mostra essa cultura sendo manifestada nas ruas do Alto durante um desfile de maracatu no Carnaval.

Figura 12: Desfile de agremiações no Alto José do Pinho



Fonte: PCR, 2012.

No livro “Aqui do Alto a história é outra” é destacado o orgulho que a população sente da cultura existente no local.

Um dos narradores da história do Alto definiu com propriedade que atualmente o Alto José do Pinho é um “bairro que consegue ser percebido e despontar nas discussões sobre políticas públicas pelos seus elementos culturais”. Outro afirmou com convicção que “nenhuma comunidade conseguiu atingir o status que o Alto José do Pinho atingiu na mídia”. Um terceiro arremata: “O Alto sempre foi forte culturalmente (LEITE, 2009, p. 86).

O Maracatu Estrela Brilhante, fundado em 1910 é um dos maiores do Recife, com sede no Alto José do Pinho. O maracatu funciona na casa da rainha do grupo, pois não há uma sede fixa, lá são oferecidas oficinas de corte e costura, confecção de instrumentos e informática. Possui em média 120 músicos e 200 dançarinos (G1, 2012). A figura 13 mostra o desfile do maracatu passando pelas ruas do Alto.

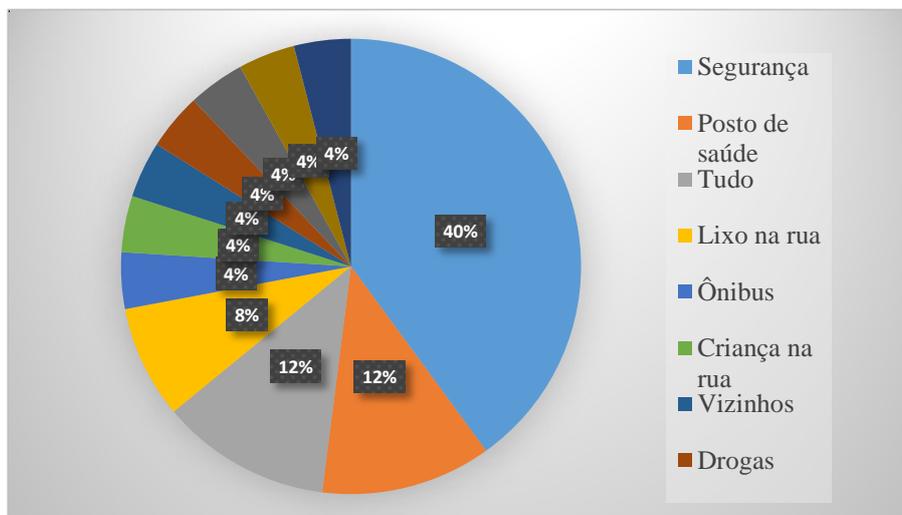
Figura 13: Maracatu Estrela Brilhante

Fonte: Rochedo de Ouro, 2011.

O Alto José do Pinho é uma comunidade grande, com mais de 12.000 habitantes (PCR, 2010), porém a população não conta com um equipamento de segurança, o que acontece são rondas dos carros da polícia pelas ruas do Alto. Um ponto de apoio fixo traria maior segurança para a população, pois a mesma saberia onde recorrer em uma situação de ameaça e perigo. Os moradores sentem falta de um equipamento de segurança, pois o único existente não está funcionando. É afirmado pelos moradores que a violência tem crescido no local, e que não há um ponto de apoio fixo em que eles possam recorrer em algum momento de necessidade. Este fato afeta de forma direta o estado psicológico dos moradores da comunidade, que tem que enfrentar o medo dos perigos que a insegurança oferece a sua integridade.

De acordo com as pesquisas realizadas no local a segurança foi apontada em 1º lugar quando perguntado sobre o que o morador não gosta na comunidade. As respostas eram justificadas baseadas na falta de policiamento e de posto policial pois houve um aumento recente no índice de violência e criminalidade no local.

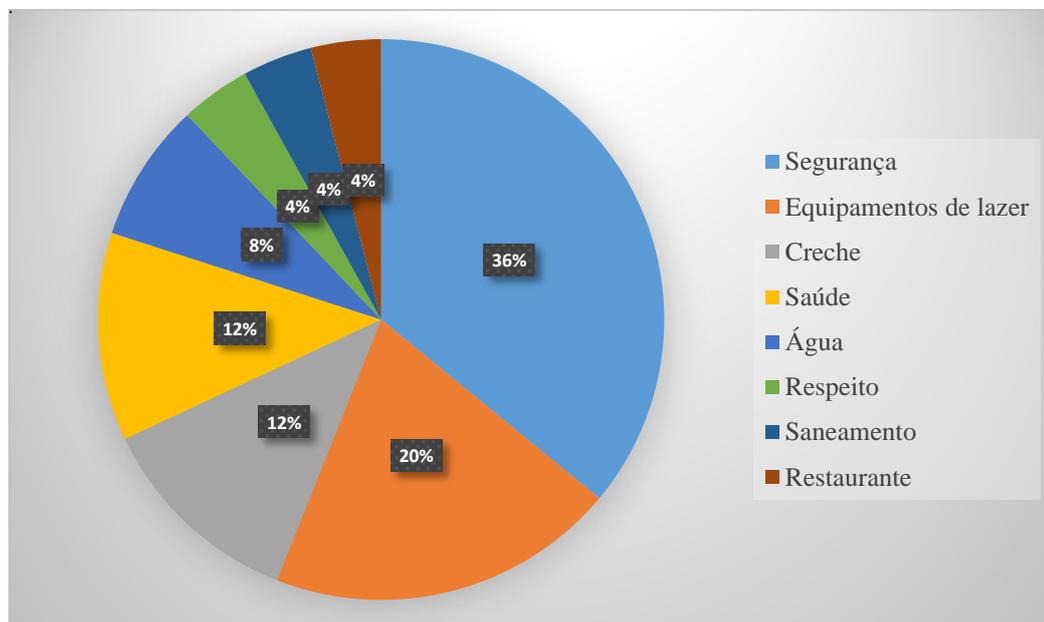
Com os resultados apresentados na figura 14 é possível perceber que os índices maiores de insatisfação dos moradores com a comunidade estão ligados à falta de segurança, que atingiu maior porcentagem, 40%. O posto de saúde também foi um dos pontos mais criticados, sendo citado 12% das vezes. O gráfico a seguir mostrará os resultados apontados.

Figura 14: O que você não gosta no Alto José do Pinho?

Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

A insatisfação dos moradores do Alto está relacionada a pontos específicos como carência de determinados equipamentos, como de lazer, saúde e segurança, que se implantados ou melhorados os existentes podem vir a diminuir o descontentamento da população. O posto policial existente na praça do terminal está desativado, o que é um fator que incomoda bastante os moradores, que alegam não ter a quem recorrer quando acontece algum problema de cunho policial. Os policiais costumam fazer rondas pela comunidade, mas não tem um ponto de apoio fixo.

Quando questionados sobre o que falta no Alto José do Pinho, a maioria das respostas foi relativa à segurança. Com esses resultados fica mais evidente a carência que a população tem de equipamentos de segurança. Se o posto policial funcionasse aumentaria a sensação de segurança por parte dos moradores. Pois além de ser um equipamento de apoio, que serve a população, o posto em funcionamento seria um elemento intimidador, diminuindo a criminalidade no local e promovendo a qualidade de vida, através da sensação de segurança que despertaria, tranquilizando os moradores. Outros itens foram apontados, muitos relativos a equipamentos comunitários, mostrando a carência que a população tem de tais equipamentos, são eles: Creche, água, equipamentos de lazer, saúde, respeito, saneamentos, restaurante, conforme mostra a figura 15.

Figura 15: O que falta no Alto José do Pinho?

Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

Com isso, percebe-se que a falta de segurança causa medo na população, esse problema pode ser resolvido em partes com a instalação ou reativação de um equipamento comunitário, o posto policial. A carência de determinado equipamento comunitário acarreta problemas no estado psicológico da comunidade.

3.4.3 Esfera Social

A esfera social engloba tanto os projetos sociais que prestam serviço para o bairro como também os equipamentos comunitários, que são o foco desta pesquisa.

Existem projetos sociais sendo desenvolvidos no Alto José do Pinho, relativos as manifestações culturais, como caboclinhos, maracatu Estrela Brilhante, Afoxé Ylê de Egbá, que desenvolvem atividades culturais com os moradores do local. Além disso, existem também os projetos sociais desenvolvidos pelo Centro Social Dom João Costa, que oferece cursos e atividades para crianças, jovens e adultos, além de atividades de capacitação profissional e aulas de dança, música, artes marciais, entre outras. O Centro é apontado pelos moradores como o local de transformação social para a comunidade. As atividades desenvolvidas no Centro serão explicadas de maneira mais minuciosa no capítulo seguinte.

No Alto há um projeto chamado Alto Sustentável, de iniciativa dos próprios moradores. O Alto Sustentável promove mutirões para pintura de casas, conscientização ambiental da população, plantação de mudas e a criação de ambientes com materiais sustentáveis, como pneus velhos reciclados que são transformados em jardineiras. Onde antes era um local de acúmulo do lixo, pela ação dos próprios moradores, passa a existir um ambiente agradável e que acolhe toda a comunidade. O projeto deixa o bairro mais alegre e contribui de maneira direta para melhora das condições de habitabilidade, trazendo o contato com a natureza e criando lugares de convívio.

Figura 16: Projeto do Alto Sustentável



Fonte: Acervo da autora, 2016.

Figura 17: Mutirão do projeto Alto Sustentável



Fonte: JConline, 2016.

Em relação à saúde, educação e lazer, itens relativos a esfera social da habitabilidade, na comunidade há uma forte crítica. Só existe um posto de saúde, o mesmo além de não atender a demanda no atendimento médico, não possui estrutura física adequada. O equipamento posto de saúde é pequeno, e divide o atendimento da comunidade com a UPINHA da Avenida Norte. O critério de atendimento é a divisão por distrito. O Alto José do Pinho se divide em dois distritos, um deles as pessoas são atendidas no posto de saúde e a outra parte na UPINHA.

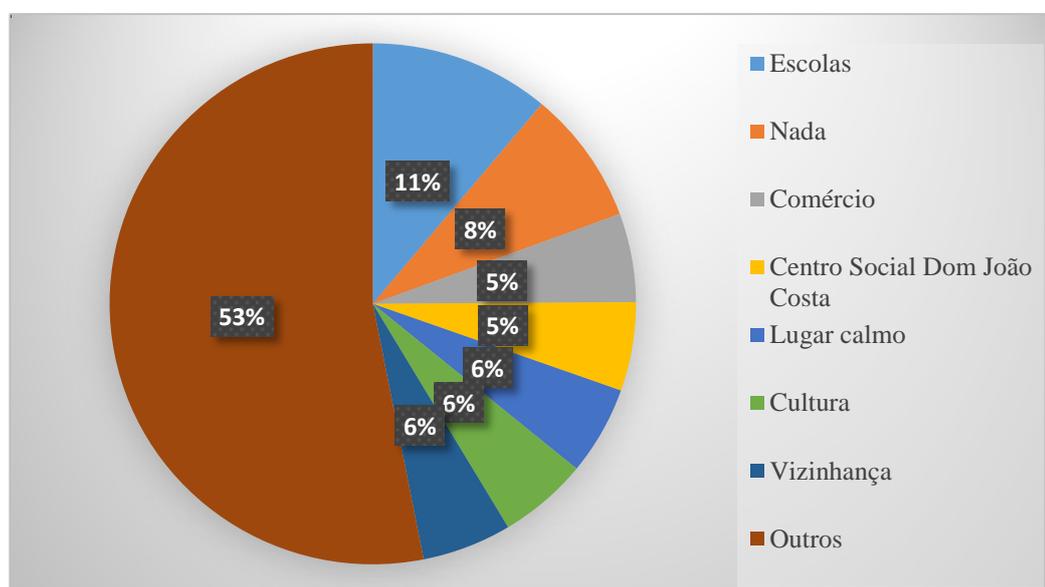
O Alto José do Pinho possui cinco escolas, sendo duas particulares, duas estaduais e uma municipal, que é a escola Santa Maria, fundado pelas irmãs da Instituição Damas, funciona ao lado do Centro Social. As escolas estaduais recebem críticas da comunidade devido a deficiência no ensino, apesar das escolas apresentarem estrutura de funcionamento. A Escola

Santa Maria é a mais elogiada pela população, como sendo a única que atende as funções de escola adequadamente.

As áreas de lazer, como praças, parques e quadras, no Alto José do Pinho são escassas, é um dos pontos que recebe mais reclamação e que a comunidade mais sente falta.

Em outra parte da entrevista foi perguntado o que tinha de bom no Alto José do Pinho, para poder compreender o que os moradores classificam como bom e o que se apresenta de forma satisfatória para eles. O gráfico a seguir mostra os resultados.

Figura 18: O que tem de bom no Alto José do Pinho?



Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

Os resultados demonstram a satisfação que os moradores têm com as escolas do Alto José do Pinho. O Alto é bem servido de escolas, existem cinco escolas no bairro, duas particulares, duas estaduais e uma municipal. A escola municipal, a Santa Maria, é a mais elogiada pelos moradores. A escola recebe apoio das Irmãs das Damas, que administram o Centro Social Dom João Costa, que é ao lado da escola. O Centro Social também foi citado por ser um local que auxilia os moradores, oferecendo diversas atividades e cursos para crianças, jovens e adultos. A satisfação dos moradores também se dá pelo fato do Alto ser um local tranquilo, onde os vizinhos se conhecem e todos tem a liberdade de circular pelo bairro se sentindo em casa. Outros aspectos foram citados relativo aos pontos positivos no Alto José do Pinho, como o comércio e a facilidade de encontrar produtos de primeira necessidade no próprio bairro. Os

projetos sociais também são citados como benfeitorias no Alto, mostrando a satisfação da população com os trabalhos desenvolvidos, entre eles foi citado o projeto Alto Sustentável.

O fato de escolas e o centro social estarem entre os mais citados na entrevista demonstra a importância de equipamentos comunitários como promotores da qualidade de vida. Através do ensino adquirido nas escolas e no centro realidades são mudadas, pela educação.

No entanto, existem outros equipamentos comunitários no Alto, os quais os entrevistados não apontaram na entrevista aberta. Isso porque não os reconhecem como equipamentos comunitários ou por não estarem atualmente em condições de uso, e sendo assim, a população os nega. Sobre esses equipamentos, o Capítulo IV irá discutir a sua relação com os moradores.

Conclui-se que as condições de habitabilidade ainda não são atendidas plenamente no Alto José do Pinho. Algumas condições são falhas no aspecto físico, social e psicológico, deixando os moradores insatisfeitos. São elas: na esfera física, relativo a infraestrutura, o abastecimento de água não atende a demanda, pois o mesmo ocorre em escala e muitas vezes essa água chega a faltar. Além do esgoto, a céu aberto em alguns trechos da comunidade. Na esfera psicológica, a segurança física atinge os moradores, que ficam inseguros, temendo pela integridade física. Na esfera social tem-se que os equipamentos comunitários nem sempre funcionam da maneira que deveriam, afetando os moradores que se utilizam dos serviços.

A carência de equipamentos adequados de serviços para a população como saúde e educação, a precariedade das áreas de lazer, a carência de equipamentos de segurança e o saneamento precário prejudicam a qualidade de vida de maneira direta. Isto afeta as esferas que promovem as condições de habitabilidade, visto que elas se interligam e precisam estar funcionando de maneira paralela, já que cada uma tem sua importância, não sendo uma esfera mais importante que a outra.

Por outro lado o aspecto cultural, a sensação de pertencimento à comunidade e os projetos sociais são apontados pelos moradores como a parte satisfatória de ser morador do Alto José do Pinho, trazem orgulho para a população. Existem vários aspectos culturais e sociais na comunidade, mas para que os mesmos possam ser mais bem desenvolvidos e aproveitados se faz necessária a estrutura física, a partir da implantação de equipamentos comunitários, conforme será discutido no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SUAS INTERFERÊNCIAS NAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NO ALTO JOSÉ DO PINHO

O presente capítulo irá apresentar a análise dos resultados das pesquisas feitas a respeito dos equipamentos comunitários com moradores do Alto José do Pinho. As respostas mostrarão dados como o grau de satisfação da parcela de entrevistados como moradores do Alto, o que falta na comunidade e qual o equipamento que eles sentem falta. As entrevistas foram feitas com o intuito de compreender qual a relação que os moradores têm com os equipamentos comunitários existentes, além de aplicação de um questionário com questões estimuladas sobre os equipamentos no Alto. Esses resultados tiveram como objetivo identificar e analisar a influência dos equipamentos comunitários nas condições de habitabilidade da ZEIS Alto José do Pinho, além de apontar diretrizes para sua melhoria a partir das necessidades dos moradores locais.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Conforme já afirmado neste trabalho, os equipamentos comunitários são fatores essenciais para a promoção da habitabilidade. São os locais onde são oferecidos serviços, como saúde, educação, lazer e segurança. São espaços de propriedade pública ou privada onde os moradores podem usufruir do serviço prestado. Sendo assim, buscou-se saber dos moradores do Alto José do Pinho a importância para eles, e como se relacionam com os equipamentos.

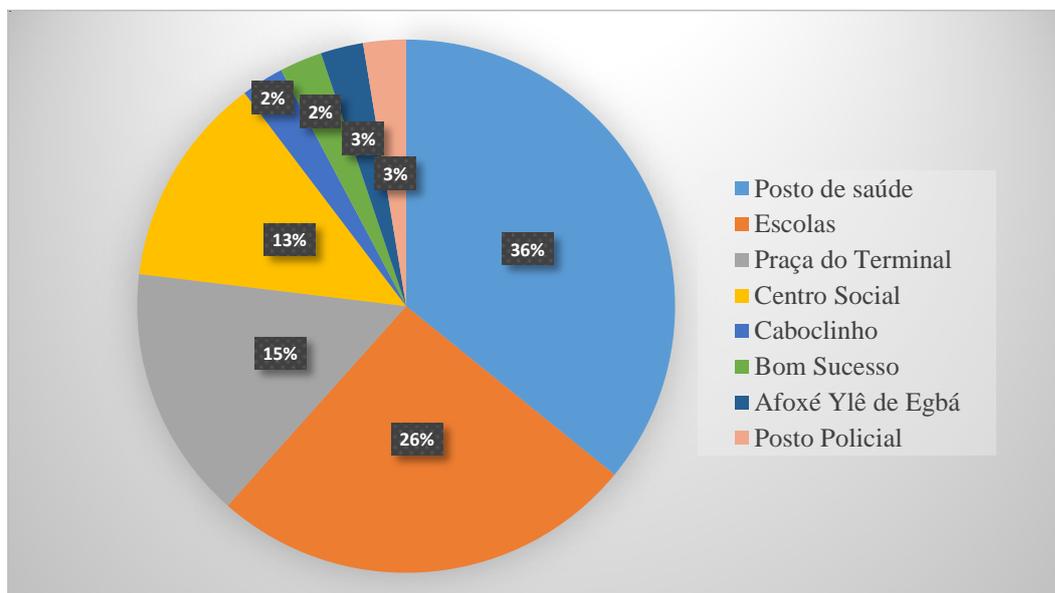
Em um primeiro momento, foram realizadas entrevistas com questões espontâneas, as quais foi perguntado para os moradores para que servem os equipamentos comunitários e se os mesmos ajudariam a resolver alguns problemas existentes na comunidade. Essa pergunta foi feita com a finalidade de obter o entendimento e a compreensão por parte dos moradores a respeito da função que um equipamento comunitário exerce no local. As respostas mais citadas foram as de que os equipamentos comunitários servem para ajudar e atender a população, também surgiu outros tipos de respostas como, para ocupar a mente das pessoas e também oferecer serviços de lazer, saúde e educação, para melhorar a população. Uma das respostas chamou atenção, quando foi alegado pelo morador que o equipamento comunitário existia “para deixar tudo na paz”. O que mostra que o mesmo associa

equipamento comunitário a paz, ou seja, se existe equipamentos comunitários e se eles funcionam bem, a comunidade se ocupa, se diverte, se instrui e como consequência, fica em paz.

Quanto ao poder dos equipamentos de ajudar a resolver problemas da comunidade 90% dos entrevistados acreditam que os equipamentos comunitários podem sim resolver problemas existentes na comunidade. Essas respostas sugerem que os moradores têm a consciência de que os equipamentos comunitários existem para atender a população, de modo que haja uma melhora na qualidade de vida, pois disponibilizando espaços de promoção de saúde, lazer, educação, segurança, interação e cultura os moradores se sentirão mais confortáveis em sua comunidade, tendo os serviços que precisam para viver dignamente mais perto e funcionando bem.

Quando os entrevistados foram questionados sobre quais os equipamentos eles conhecem no Alto José do Pinho, os resultados mostram a seguinte ordem de conhecimento de acordo com a maior frequência de respostas: postos de saúde, escolas, praça do terminal, Centro social, caboclinho, Bom Sucesso, Afoxé e posto policial. Conforme mostra a figura 19.

Figura 19: Quais os equipamentos comunitários você conhece no Alto José do Pinho?



Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

O posto de saúde apareceu como o mais conhecido, visto que é um dos equipamentos mais utilizados pela população local, e por ser o único existente na área para atender aos moradores. E pelo fato da saúde ser um dos serviços mais importantes para manter a qualidade de vida. As escolas e Centro Social, também figuram nos primeiros lugares. A praça do terminal está em terceiro lugar por ser o lazer um ponto importante para a comunidade. A praça do terminal contempla a área de lazer, o terminal e o posto policial desativado.

No segundo momento das entrevistas, foi mostrado um quadro com os equipamentos comunitários mais representativos na comunidade e buscou-se identificar de forma dirigida, diferente da parte anterior desta pesquisa, a opinião dos moradores sobre os seguintes aspectos: Importância dos equipamentos para a família e para a comunidade, quais os mais importantes para eles, o que tem de bom nos equipamentos e o que pode ser melhorado. Para se ter um panorama dos equipamentos que foram analisados na entrevista, os mesmos foram pontuados na figura a seguir.

Figura 20: Equipamentos comunitários no Alto José do Pinho



Fonte: Google maps, 2016. Adaptado pela autora.

- Escola Silva Oliveira - particular
- Escola Nossa Senhora das Dores - particular
- Escola Ana Malta - estadual
- Escola Dona Maria Tereza Corrêa - estadual
- Centro social Dom João Costa e Escola Santa Maria - municipal
- Sociedade recreativa de damas e dominó São José
- Unidade de saúde da família Irmã Denize
- Bom Sucesso Futebol Clube
- Praça do Terminal (com posto policial)
- Mercado Municipal
- Afoxé Ylê de Egbá
- Praça Amaro Lopes "praça da maconha"

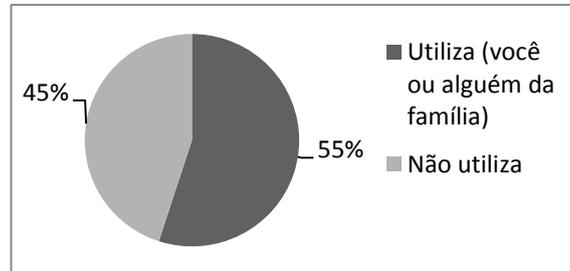
4.1.1 Escolas

As escolas existentes no Alto José do Pinho são: Escola Silva Oliveira (particular); Escola Ana Malta (estadual); Escola Nossa Senhora das Dores (particular); Escola Santa Maria (municipal) e a Escola Dona Maria Tereza Corrêa (estadual). Os moradores entrevistados mostraram satisfação maior com a Escola Municipal Santa Maria, sendo apontada como a melhor em ensino e estrutura. A escola ocupa o mesmo terreno do Centro Social e desempenha atividades interligadas com o Centro, pelo fato da escola ter sido fundada pelas irmãs das Damas. Além de que, o apoio que recebe do centro faz da Escola Santa Maria a melhor do Alto José do Pinho, baseado na opinião dos moradores. As escolas estão todas em atividade no Alto José do Pinho, oferecendo educação. Em alguns casos, como a escola Maria Tereza, não satisfazem os usuários quando se trata de ensino.

A respeito das escolas, mais da metade dos entrevistados a utilizam, ou tem alguém na família que as utilizam. Apesar de que, o índice de pessoas da comunidade que não a utilizam é grande. Pois, os moradores, estudam ou colocam seus filhos para estudar em outras escolas fora do perímetro da comunidade, devido a insatisfação por parte dos moradores com o ensino nas escolas do Alto José do Pinho, principalmente as escolas estaduais. A figura 21 mostra o percentual de pessoas que afirmam utilizar as escolas do Alto. Para os moradores o que têm

de bom nas escolas do Alto é o fato das mesmas promoverem a educação, mesmo que em alguns casos de maneira mais deficiente.

Figura 21: Utiliza as escolas?



Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

As escolas promovem condições de habitabilidade através do serviço prestado, a educação. Mesmo havendo reclamações do ensino do local, a população reconhece a importância que essas escolas têm, tendo que haver um esforço máximo por parte dos alunos e dos professores, para que seja realizado um ensino de qualidade. Uma comunidade com acesso a educação pode transformar a realidade dos moradores, trazendo oportunidades no campo profissional e oferecendo esclarecimento e conhecimento para quem as utilizam. A educação melhora a qualidade de vida, pois através dela pode ser alcançada a inserção da comunidade na sociedade, através da formação oferecida aos alunos. As figuras 22 e 23 mostram as escolas Santa Maria e Maria Tereza, as mais citadas pelos entrevistados.

Figura 22: Escola municipal Santa Maria



Fonte: Acervo da autora, 2016.

Figura 23: Escola Estadual Maria Tereza



Fonte: Acervo da autora, 2016.

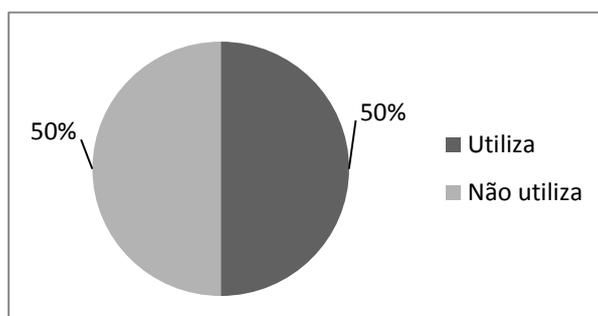
4.1.2 Praça do Terminal

A praça do terminal é um equipamento de uso público onde funcionam uma área de interação, com bancos e televisão, a área do terminal integrado de passageiros, o posto policial e uma área com brinquedos para as crianças. Além desses espaços existem também moradores que vão à praça para jogar dominó e damas, jogos populares no Alto. No período da tarde é possível ver a praça movimentada com pessoas jogando nas mesas ao redor da praça e crianças brincando no parquinho. Muitas atividades são desenvolvidas na praça, apesar da mesma ter um espaço limitado, o que prejudica o bom funcionamento e não supre totalmente a demanda. A divisão dos espaços na praça do terminal pode ser observada na figura 25.

Muitos moradores reclamam que a praça deveria ter mais espaço para as crianças brincarem, já que muitas têm apenas a opção de brincar nas calçadas das ruas. Existem também reclamações relativas ao espaço ocupado pelo terminal e pelo posto policial, que ocupam aproximadamente 50% da praça, na parte central. O posto policial, mostrado na figura 26 está desativado, mais um motivo para insatisfação dos moradores. Os entrevistados que utilizam a praça alegam que os encontros para conversar com os amigos e para jogar e os brinquedos para as crianças são os pontos fortes da praça.

O índice de pessoas que usam e que não usam a praça é equivalente, dentro do grupo dos entrevistados, como pode ser visto na figura 24. A divisão se dá devido a necessidade que a população tem de uma área de lazer e interação e ao mesmo tempo muitas pessoas não a utilizam, pois não acham a praça adequada para o conforto e bem estar dos moradores. Com isso, entende-se que se a praça apresentasse melhores condições para o funcionamento, o índice de moradores que a utilizam iria aumentar.

Figura 24: Utiliza a Praça do Terminal?



Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

A relação da praça com a habitabilidade se dá através da possibilidade de interagir com a vizinhança e de se divertir, através dos jogos, brinquedos e televisão existentes na praça. A praça deixa a desejar, pois é pequena para desempenhar tantas funções. Cada área de lazer ocupa um espaço pequeno e o terminal integrado de passageiros junto com o posto policial ocupam um espaço que poderia ser utilizado para a interação e lazer dos moradores. Possivelmente, se a praça fosse mais ampla e com atividades mais diversificadas, o índice de frequentadores aumentaria, pois a população anseia por áreas de lazer, já que a praça existente é limitada. Os moradores do Alto José do Pinho quando querem usufruir de áreas de lazer têm que ir até o Parque da Jaqueira, que fica no bairro da Jaqueira, também na Zona Norte do Recife, conforme foi relatado.

Figura 25: Praça do Terminal, Alto José do Pinho



Fonte: Acervo da autora, 2016.

Figura 26: Posto policial desativado na Praça do Terminal



Fonte: Acervo da autora, 2016.

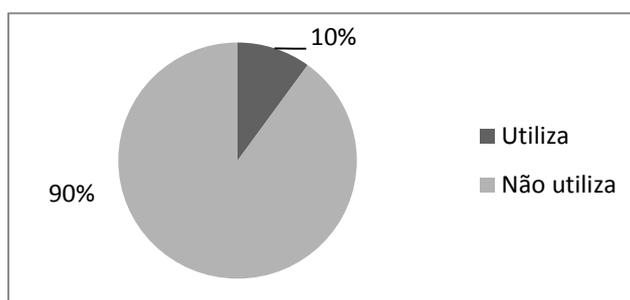
4.1.3 Praça Amaro Lopes (Praça da Maconha)

A Praça Amaro Lopes, conhecida pela comunidade de “Praça da Maconha” é um espaço de uso público mal aproveitado, pois é uma praça abandonada que se assemelha mais a um terreno baldio. A praça se tornou um ponto de tráfico de drogas. É indicada como não utilizada por 100% dos entrevistados. Através de conversas com os moradores foi alegado que só quem frequenta essa praça é quem vai à busca de drogas. A praça não contribui para as condições de habitabilidade na situação em que se encontra atualmente, não desempenhando o papel de praça, apenas marcando de forma negativa a comunidade. O espaço é mal aproveitado, a população pede que seja feito um projeto de praça para o local, porém não há investimentos por parte do poder público para colocar em prática as benfeitorias no local. A referida praça, apesar de ter uma avaliação tão negativa por parte dos moradores, devido ao tráfico e consumo de drogas, é um dos poucos espaços livres do bairro, com potencial para ser uma área de lazer.

4.1.4 Sociedade de Damas e Dominó – São José

A Sociedade de Damas e Dominó – São José é um espaço público de lazer para a população, já que a comunidade apresenta identidade com os jogos de dominó na Praça. É um local fixo para jogadores se encontrarem e uma opção de lazer válida. A Sociedade de Damas e Dominó é utilizada por apenas 10% dos entrevistados, como mostra a figura 27, os mesmos buscam o local por causa de seus jogos.

Figura 27: Utiliza a Sociedade de Damas e Dominó – São José?



Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

A figura 28 mostra a sede da Sociedade, que se apresenta de forma simples.

Figura 28: Sede da Sociedade de Damas e Dominó São José



Fonte: Google maps, 2016.

4.1.5 Centro Social Dom João Costa

O Centro Social é um dos locais mais elogiados pela comunidade, conforme já foi mostrado na pesquisa espontânea. As atividades desenvolvidas no local vêm transformando realidade do bairro. Os cursos oferecidos pelo Centro foram ampliando ao longo dos anos, atualmente o Centro oferece uma gama de opções para crianças, jovens e adultos. Existem cinco programas em funcionamento, que contemplam crianças a partir dos sete anos até adultos sem limites de idade. O primeiro atende crianças e jovens de 7 a 16 anos, com atividades de dança, esportes, música. Aos 16 anos eles se engajam na orquestra e se apresentam em outros lugares fora do Alto, como Shoppings, Assembleia Legislativa, entre outros espaços.

Outro programa existente no Centro é o Programa de Qualificação Profissional (PQP), para jovens e adultos a partir dos 16 anos. Nesse projeto se trabalha em parceria com o Colégio Damas e outras empresas como Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Secretária de turismo e educação, e outras faculdades. Essas parcerias possibilitam a ampliação na opção dos cursos oferecidos. Existe a linha de tecnologia, que trabalha cursos como dispositivos móveis, uso de internet, organizador de eventos e curso de informática básica.

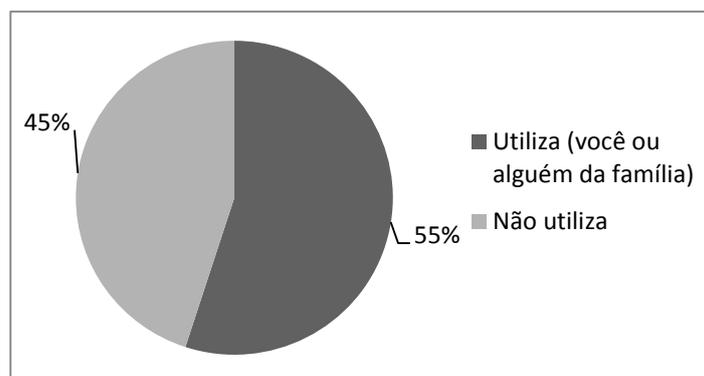
O Centro tem um programa que trata diretamente com o núcleo familiar. Atende tanto as famílias dos que se beneficiam do Centro como também outras famílias do bairro. Acontece uma vez por mês, no período da noite. Nesse projeto é escolhido um tema para ser tratado

com as famílias. Com a presença de um especialista esclarecendo as dúvidas dos moradores, já foram abordados temas como violência contra a mulher, direitos do idoso, os perigos das mídias sociais, etc.

Os profissionais que trabalham no Centro também recebem capacitação através de cursos, que ocorrem uma vez por semestre. A intenção do trabalho executado no Centro Social Dom João Costa é estimular as pessoas a crescer pessoal e profissionalmente e se capacitar, mostrando para a cidade suas potencialidades. O Centro é o ponto de partida para uma vida profissional. É um equipamento privado, porém seu uso é público, basta atender os requisitos para poder participar das atividades lá desenvolvidas. A figura 31 mostra o pátio de entrada do Centro Social Dom João Costa.

Entre os elogios da população para o Centro está o fato de que o mesmo retira mais crianças das ruas, pois funciona em horário oposto ao horário da aula, ou seja, a criança passa o dia inteiro ocupada e não fica na vulnerabilidade das ruas. É o equipamento comunitário mais elogiado pelos entrevistados. E mais da metade dos moradores utiliza-o, como mostra a figura 29.

Figura 29: Utiliza o Centro Social Dom João Costa?



Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

O Centro oferece à população a possibilidade de ter acesso à cultura, arte, educação e lazer, promovendo habitabilidade. A figura 30 mostra jovens tendo aula de música no Centro, uma das atividades ofertadas. Esses serviços melhoram a qualidade de vida dos usuários e oferece oportunidade aos mesmos de se desenvolver em vários ramos, como esporte, educação, cultura e capacitação profissional. Faz acreditar que é possível permanecer no Alto José do Pinho e poder se inserir na cidade através das atividades desenvolvidas.

Figura 30: Aula de música no Centro Social

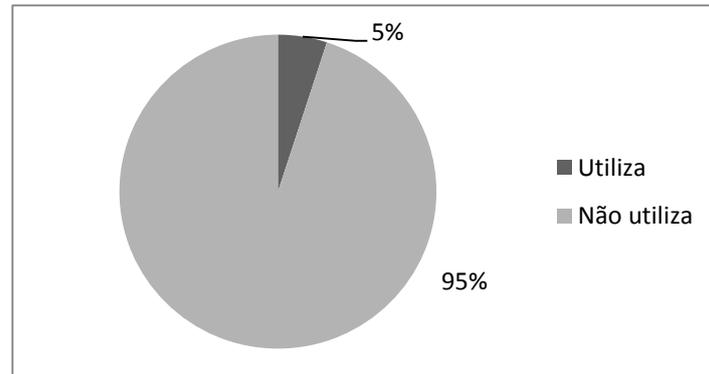
Fonte: Facebook, 2016.

Figura 31: Centro Social Dom João Costa

Fonte: Youtube (200-)

4.1.6 Mercado Público

O Mercado Público do Alto José do Pinho fica em frente a Praça do Terminal, porém, atualmente, se encontra em uma situação precária. Os boxes existentes dentro do mercado servem apenas como bares, não desempenhando mais uma função de mercado. Sendo assim, o local é subutilizado pela população. Os moradores que frequentam o mercado por causa dos bares utilizam o interior do mesmo para urinar. O espaço do mercado é mal aproveitado, e já foi pensada para ele uma proposta de centro cultural que iria servir a todo o bairro, porém o projeto ainda não foi posto em prática. Por enquanto o mercado segue sendo utilizado como local de encontro para beber. A estrutura encontra-se mal aproveitada e com carência de manutenção. Dentre os entrevistados foi quase uma unanimidade os que não utilizam o mercado, pois o mesmo é visto como um local sujo e subutilizado, no entanto é um dos locais com potencial de uso público na comunidade. A figura 32 mostra essa maioria que não utiliza o mercado.

Figura 32: Utiliza o Mercado Público?

Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

O Mercado, atualmente, não contribui para as condições de habitabilidade, pelo contrário, se torna um local mal aproveitado e insalubre. Se o projeto de centro cultural for executado os moradores ficarão mais satisfeitos, já que o equipamento ganhará um uso útil a toda comunidade, atualmente, os moradores falam do mercado com repúdio e insatisfação. A figura 33 mostra a fachada do mercado, que se encontra bastante deteriorada, dando uma prévia do que se encontra na parte interna.

Figura 33: Mercado Público do Alto José do Pinho

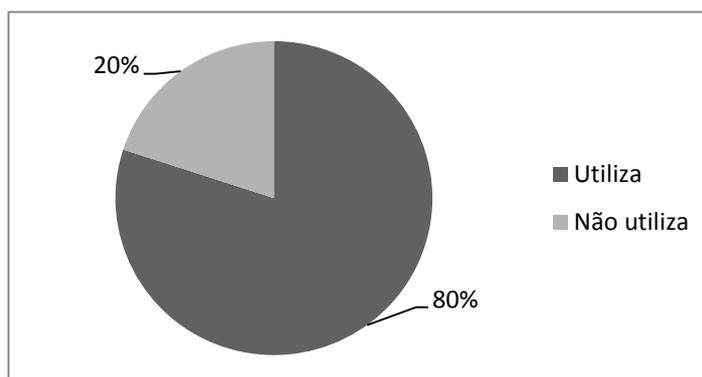
Fonte: Acervo da autora, 2016.

4.1.7 Posto de saúde

A unidade de saúde da família Irmã Denize é o único posto de saúde existente no Alto José do Pinho. Está registrado na figura 35. Possui instalações pequenas para atender a demanda da população, o espaço é apertado e as salas são insuficientes para o atendimento, como pode ser observado nas figuras 36 e 37.

Os moradores reclamam da falta de médicos, os que trabalham no posto são profissionais que atendem bem a população, porém não são suficientes para a quantidade de pessoas precisando de atendimento. O atendimento no posto é elogiado pela população, só deixando a desejar na estrutura física e na carência de médicos. Uma parcela dos entrevistados não utiliza o posto de saúde, pois possuem plano de saúde, mas a maioria utiliza com frequência os serviços do posto. A figura 34 mostra a divisão dos entrevistados em relação ao uso do posto de saúde.

Figura 34: Utiliza o Posto de saúde?



Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

O posto de saúde é um dos equipamentos mais importantes do Alto José do Pinho. Uma comunidade com um equipamento de saúde ideal oferece ao morador a tranquilidade de que se o mesmo ou algum familiar precisar ser atendido ele vai receber o atendimento adequado. Porém, a realidade do Alto é de um equipamento que tem muito a melhorar em sua infraestrutura e serviço médico, para contemplar um número maior de moradores, promovendo qualidade de vida através da saúde.

Figura 35: Unidade de saúde da família Irmã Denise

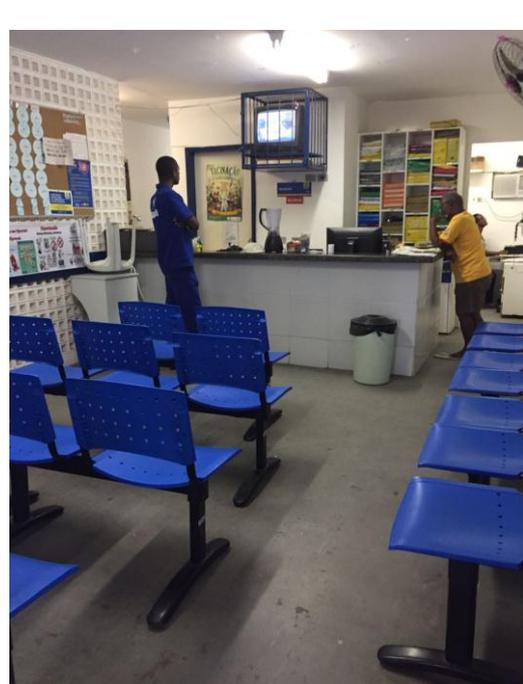


Fonte: Acervo da autora, 2016.

Figura 36: Entrada do Posto de saúde



Figura 37: Recepção do Posto de saúde

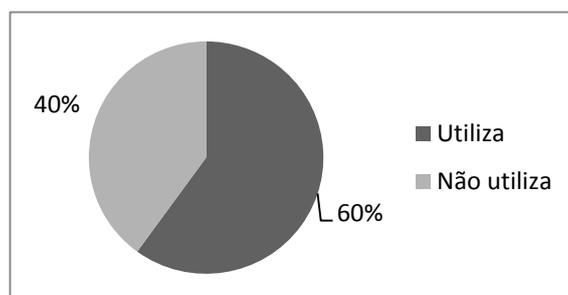


Fonte: Acervo da autora, 2016.

4.1.8 Bom Sucesso Futebol Clube

O Clube do Bom Sucesso é o local onde ocorre a maioria das festas da comunidade. É de propriedade privada, sendo cobrados ingressos para entrar no local. Os moradores o utilizam como área de lazer e interação através dos shows ocorridos no local. Grande parte usufrui dos serviços do clube, porém, mesmo com um grande índice de usuários entre os entrevistados (Figura 38), é importante ressaltar que muitos acham que o clube poderia ampliar seus serviços, visto que tem uma estrutura muito grande para ficar sendo utilizado apenas como local de shows e festas. A segurança no local também é apontada como um fator a ser melhorado para que o equipamento possa ser utilizado com satisfação plena pelos frequentadores.

Figura 38: Utiliza o Clube Bom Sucesso?



Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

Através do lazer oferecido, o Clube Bom Sucesso é um ícone no Alto José do Pinho, promove festas que reúnem os moradores para confraternizar e se divertir. Porém o Clube tem uma potencialidade muito maior, pode ser mais explorado e oferecer mais atividades de lazer e entretenimento para a população, aproveitando a estrutura de Clube que possui, como pode ser visto na figura 39.

Figura 39: Sede do Bom Sucesso Futebol Clube

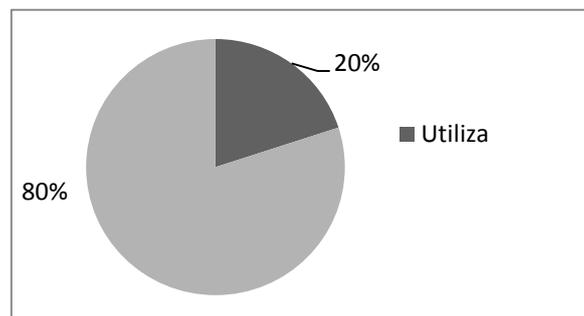


Fonte: Acervo da autora, 2016.

4.1.9 Afoxé Ylê de Egbá

O Afoxé Ylê de Egbá desenvolve um trabalho cultural na comunidade, através de apresentações de dança e canto. O Afoxé também faz um trabalho social no bairro e nas localidades vizinhas, oferecem cursos profissionalizantes de dança, culinária e design (Governo do Estado de Pernambuco, 2014). A sede do Afoxé é utilizada pela população para ver as apresentações ou para tocar instrumentos e admirar danças africanas. Entre os entrevistados poucos eram os que utilizavam o Afoxé, mas os que afirmavam frequentar atribuíam o motivo às apresentações culturais. A figura 40 mostra a porcentagem de entrevistados que utiliza os serviços do Afoxé.

Figura 40: Utiliza o Afoxé Ylê de Egbá?



Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

O Afoxé promove a habitabilidade, pois o mesmo, com suas manifestações culturais, é um lugar onde a população vai buscar lazer e conhecimento de novas culturas. Além de promover

educação e capacitação com os cursos profissionalizante. A figura 41 mostra o Afoxé se apresentando e na figura 42 é possível visualizar a sede do grupo, no Alto José do Pinho.

Figura 41: Apresentação do Afoxé Ylê de Egbá



Fonte: Portal Do lado de cá, 2013.

Figura 42: Sede do Afoxé Ylê de Egbá

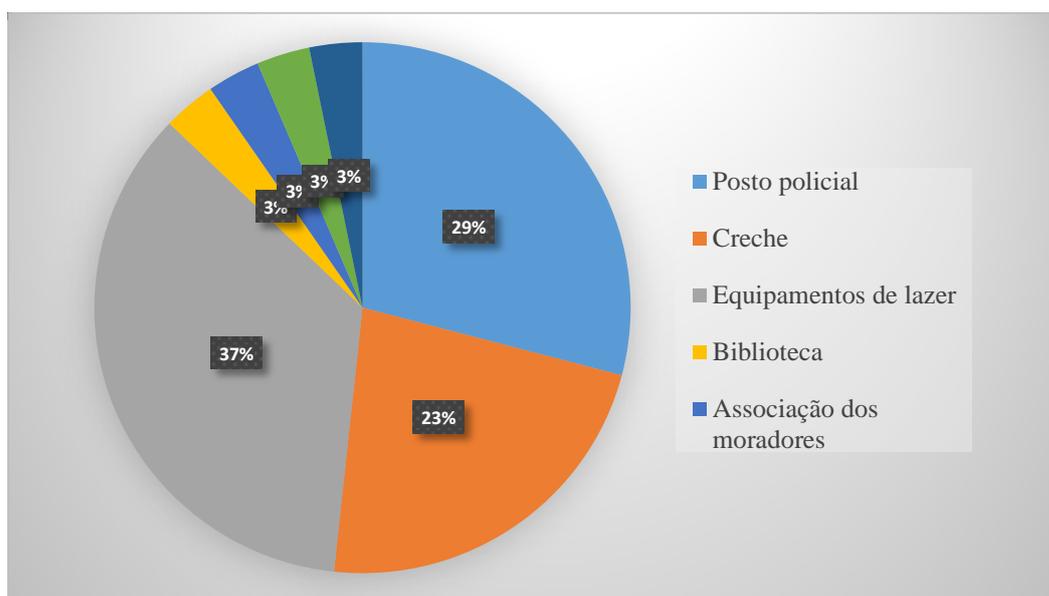


Fonte: Google maps, 2015.

4.2 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS: O QUE ANSEIA A POPULAÇÃO?

Na entrevista realizada foi perguntado aos moradores qual equipamento eles gostariam que tivesse no Alto José do Pinho para melhorar a vida na comunidade. Os resultados podem ser visualizados na figura 43. Essa pergunta, mesmo tendo estado na primeira etapa da entrevista, não se trata mais do que existe lá no Alto José do Pinho, mas sim do que a população necessita e sente falta no Alto, relativo a equipamentos comunitários.

Figura 43: Quais equipamentos você gostaria que tivesse no Alto José do Pinho?



Fonte: Pesquisas da autora, 2016.

Dos sete equipamentos citados, dois já existem, porém não apresentam funcionamento adequado, são eles, o posto policial e os equipamentos de lazer. De acordo com os resultados percebe-se que a segurança mais uma vez se mostra como algo que incomoda os moradores. A falta de um posto policial traz para os moradores a insegurança de não ter um local para recorrer em caso de alguma ocorrência. A promoção da segurança é apontada por Vilaça e Mora, 2004, como um dos condicionantes para que a habitabilidade aconteça de forma plena.

Há também a necessidade de uma creche na comunidade, pois o equipamento não existe e foi alegado que várias mães não tem onde deixar seus filhos quando vão trabalhar. Isso melhoraria a satisfação das famílias, que têm criança de 0 a 3 anos. A creche viria satisfazer a necessidade básica de um serviço que não é oferecido no bairro, mas que há muita demanda.

A carência de áreas de lazer também fica evidente na análise desses resultados. As crianças muitas vezes brincam nas ruas, pois as praças existentes estão sujas e mal cuidadas. Se as melhorias nas duas praças existentes fossem executadas, a comunidade já passaria a contar com dois equipamentos de lazer. Através de conversa com líder comunitário do Alto José do Pinho descobriu-se que dos equipamentos comunitários existentes os que mais a população sente necessidade de melhorar são as áreas de lazer.

A carência por uma associação dos moradores é um exemplo do problema do adensamento no local. Não existe um local fixo para colocá-la, a cada gestão a associação muda de lugar, sendo alugado um novo local para seu funcionamento.

As entrevistas e pesquisas de campo deixaram claro que a população do bairro do Alto José do Pinho é carente de equipamentos de segurança, lazer, creches e saúde. Esses equipamentos são de extrema importância para promover habitabilidade em um local. A comunidade se mostra satisfeita com a cultura, educação, localização e vizinhança, em sua maioria. Percebe-se através disso a força que os equipamentos comunitários têm dentro de uma comunidade.

4.3 DIRETRIZES PARA MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NA COMUNIDADE

Na segunda etapa da entrevista, foi perguntado aos entrevistados o que os mesmos achavam, que podia melhorar nos equipamentos comunitários. Através das respostas dadas sobre as possíveis melhorias que podiam ocorrer em cada equipamento comunitário, foram pensadas diretrizes visando o bom funcionamento dos equipamentos. Para sanar as deficiências existentes em cada um deles. Dentro desse contexto foram analisadas as possibilidades de melhorias voltadas para a arquitetura e urbanismo.

4.3.1 Praça do Terminal

A Praça do Terminal é limitada e ocupada por outros dois equipamentos que não desempenham a função de lazer. O deslocamento do posto policial para outra área da comunidade, como a “praça da maconha”, por exemplo, poderia trazer um melhor aproveitamento da praça do Terminal. Trocar o mobiliário atual por um mais novo, e oferecer mais opções de brinquedos para as crianças, reaproveitando o espaço deixado pelo posto policial. A melhora da disposição dos bancos em frente a televisão e reativar o funcionamento da mesma periodicamente.

4.3.2 Praça Amaro Lopes (Praça da Maconha)

O espaço da praça da maconha poderia ser revitalizado, visando a implantação de áreas que atendam o desejo da população, como uma quadra para as crianças brincarem e a criação de uma estrutura de posto policial. Dessa forma seria atendido o desejo da comunidade e sanando o problema do tráfico e uso de drogas no local.

4.3.3 Mercado Público

No mercado público poderiam ser realizadas melhorias relativas a estrutura física do local, como revestimento e pintura. Colocar em prática o projeto de transformar o atual mercado público com função de bar em um espaço cultural onde os vários grupos culturais existentes no Alto que não tem sede pudessem realizar suas atividades em horários pré-agendados e nesse mesmo local poderia funcionar a associação de moradores, que atualmente não possui sede fixa.

4.3.4 Posto de saúde

O posto de saúde poderia ampliar sua área, disponibilizando mais salas para a população ser atendida e ampliando e reorganizando o setor de espera, para oferecer maior conforto para os pacientes que precisam de atendimento.

4.3.5 Bom Sucesso Futebol Clube

A sede do Bom Sucesso atualmente só realiza festas, promovendo shows para a população. O espaço se torna ocioso, pois existe uma estrutura de clube que não é bem utilizada. Poderia ser implantado na sede mais opções de lazer e saúde como campo de futebol, academia, salas de ginástica e outras atividades esportivas. Além de serem colocados restaurantes para atender a população local.

As diretrizes propostas devem contribuir para um possível plano de intervenção na área e nos equipamentos comunitários citados, de forma a responder os critérios estabelecidos nas ZEIS, e aumentando as condições de habitabilidade dos moradores. Em relação aos demais equipamentos citados neste capítulo, não foram criadas diretrizes, pois os moradores não fizeram nenhuma consideração relativa a melhorias voltadas para arquitetura e urbanismo. Percebe-se que as diretrizes criadas são relativas a equipamentos públicos, mostrando que os equipamentos que deveriam ser mais adequados e preparados pelo poder público para receber a população são os que se encontram em estado mais crítico. Para expressar essas diretrizes

foi criado um mapa indicando os equipamentos comunitários e as melhorias físicas propostas, conforme pode ser visto no mapa das diretrizes para os equipamentos comunitários, que se encontra no Apêndice B deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, para atingir os objetivos, fez um histórico das ocupações nos assentamentos na cidade do Recife, buscando compreender como se deu a configuração atual. No início do século XX houve uma grande migração para a cidade, devido ao êxodo rural e a liberdade dos escravos. Com a carência de solo barato e com a erradicação dos mocambos as pessoas passaram a ocupar os morros da cidade. Porém, durante essa ocupação não houve um planejamento urbanístico, fazendo com que os morros fossem ocupados de maneira espontânea, formando a configuração urbana que se tem nos dias atuais, com condições de habitabilidade prejudicadas.

Habitabilidade é o conjunto de fatores necessários para que se tenha o habitar digno. No trabalho optou-se por dividi-la em três esferas: A física, que trata das condições da moradia e da infraestrutura, a psicológica, que diz respeito ao sentimento dos moradores para com a comunidade e a social, relativa aos programas sociais e equipamentos comunitários que prestam serviços a população. As três esferas têm que estar interligadas, pois uma depende da outra para que as condições de habitabilidade aconteçam de forma plena. Os equipamentos comunitários são aqueles que servem a comunidade, contribuindo de maneira direta na melhora das condições de habitabilidade. Podem ser de uso público ou privado. Os mesmos promovem habitabilidade através dos serviços prestados, que melhoram a qualidade de vida da população, como saúde, educação, segurança e lazer. Além disso, os equipamentos comunitários são indicados, através de legislação específica, como elementos necessários nas ZEIS, para promover bem-estar para a área. No Alto José do Pinho os moradores não sabem o que é uma ZEIS, nem que o bairro está inserido em uma, com isso fica ainda mais difícil atender as demandas, visto que a população não tem conhecimento nem do que cobrar aos órgãos públicos como melhorias para a população.

O Alto José do Pinho tem muito potencial de cultura e educação, porém não tem uma quantidade de equipamentos funcionando para atender essa demanda. Alguns projetos sociais não têm sede fixa, prejudicando a estrutura, que se existisse poderia acolher mais pessoas. Os moradores sentem falta de equipamentos de lazer, saúde, segurança e de uma creche. Os próprios moradores atribuem que os equipamentos comunitários ajudariam a sanar problemas existentes na comunidade, contribuindo para a melhora das condições de habitabilidade a partir do momento em que são eles que dão suporte para determinados serviços.

Serviços de saúde necessitam de um lugar físico para acontecer, serviços de segurança, necessitam de um ponto de apoio para que os moradores tenham aonde recorrer em caso de necessidade. Projetos sociais, como os de cultura, precisam de uma estrutura para seu funcionamento. Praças e áreas de lazer são importantes para promover socialização e oferecer locais de recreação para a população.

Com a carência dos equipamentos fica difícil fazer com que esses serviços sejam ofertados com qualidade, afetando diretamente a vida dos moradores, pois atrapalham a prestação de serviços primordiais para a promoção da habitabilidade. Os equipamentos comunitários promovem melhorias na comunidade, transformação social e melhora na qualidade de vida. Contribuem para que o morador se sinta mais confortável em seu bairro e satisfeito com os serviços prestados. Essa hipótese foi comprovada na pesquisa de campo onde se percebeu que a insatisfação por parte dos moradores com o Alto José do Pinho se dá na maioria dos casos pela falta de equipamentos comunitários eficientes. Os moradores atribuem que os equipamentos comunitários trazem paz, prestação de serviço lazer e ocupação para os a comunidade.

Chegou-se a conclusão que os equipamentos comunitários existem no Alto José do Pinho, salvo alguns casos, como a creche, mas os mesmos são mal aproveitados, subutilizados e em alguns casos, como o posto policial, estão desativados. Isto prejudica os moradores, que são afetados diariamente com a baixa qualidade dos serviços ofertados. Além de carência de espaços adequados de lazer, uma das maiores necessidades no Alto José do Pinho.

Através de pesquisa de campo e coleta de dados, percebeu-se que os equipamentos existentes na comunidade Alto José do Pinho estão, em alguns casos, funcionando de maneira precária, não atendendo plenamente as condições de habitabilidade. Esta precariedade dos equipamentos prejudicam as condições de habitabilidade no Alto José do Pinho, afetando diretamente a qualidade de vida da população, visto que os equipamentos comunitários estão na esfera social como promotores para um habitar digno, mas da maneira como estão funcionando não está atendendo totalmente esta condição.

A carência nos equipamentos afeta outras esferas, como a psicológica, através da insegurança causada pela não prestação de serviço. Como exemplo concreto disto no Alto José do Pinho tem o fato de que o posto policial existe na comunidade, mas não está funcionando, os moradores apontam a segurança como um fator de insatisfação e que tem muito a melhorar.

Se o posto fosse reativado e tivesse participação ativa dos policiais trabalhando no local já diminuiria o medo e a insegurança dos moradores. Percebe-se que através de um equipamento comunitário a esfera psicológica também seria beneficiada. O Alto José do Pinho possui potencial que se aproveitado poderá melhorar o funcionamento dos equipamentos e a satisfação dos habitantes, sem a necessidade de novas construções, visto que também não há espaço devido ao adensamento na comunidade.

Por fim, comprova-se que os equipamentos comunitários têm forte influência sobre a comunidade, pois são locais que promovem melhorias e ofertam serviços para os moradores. Sendo assim, os planos urbanísticos para as ZEIS devem sempre pensar em equipamentos comunitários que funcionem de maneira ativa e adequada, a fim de proporcionar bem estar e satisfação para a comunidade beneficiada e promover uma habitabilidade plena.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9284**: equipamento urbano. Rio de Janeiro, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Habitabilidade e Bem estar. **PROJETAR 2005 – II Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura**. Rio de Janeiro, 2005.
- BRASIL. Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, poder Executivo, Brasília, DF, 22 out. 2010.
- BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Diário Oficial da República do Brasil, poder Executivo**, Brasília, DF, 19 dez. 1979.
- AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de; FREITAS, José Francisco Bernardino. O Seminário de habitação e reforma urbana: antecedentes de uma política para habitação popular. **Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP**.
- Cartilha Produção Social do Habitat. **Habitat para a Humanidade Brasil**, UFPE, Recife, 2007.
- Cultura.PE. **Afoxé Ylê de Egbá: 28 anos de tradição e resistência**. Recife: Cultura.PE Governo do Estado de Pernambuco, 2014. Disponível em:
<<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/culturapopular/afoxe-yle-de-egba-28-anos-de-tradicao-e-resistencia/>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- Facebook. Foto do Centro Social Dom João Costa. Recife, 2016. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/CSDJoaoCosta>>. Acesso em: 13 nov. 2016.
- FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, 2015.
- FERNANDES, Marlene; ARRUDA, Carlos Alberto; GALIZA, Helena Rosa dos Santos. **Estudo sobre inovações públicas locais em projetos de urbanização de assentamentos informais, localizados nas cidades do Rio de Janeiro e Medellín**, 2009.
- G1 Pernambuco. **Maracatu Estrela Brilhante do Recife é história de paixão familiar**. Recife: Portal do G1, 2012. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/pernambuco/carnaval/2012/noticia/2012/02/maracatu-estrela-brilhante-do-recife-e-historia-de-paixao-familiar.html>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- Jornal do Commercio. **Projeto muda qualidade de vida da população do Alto José do Pinho**. Recife: JC Online, 2016. Disponível em:
<<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/cienciamambiente/noticia/2016/06/22/projeto-muda-qualidade-de-vida-da-populacao-do-alto-jose-do-pinho-241321.php>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

LEITE, Ricardo. **Aqui do Alto a história é outra: a narrativa dos moradores do Alto José do Pinho**. Recife: Magis Assessoria e pesquisa, 2009.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. **A cidade autoconstruída**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

MACHADO, Otávio Luis. **Fotos do Bairro Alto José do Pinho**. Recife: Movimentos

Juvenis Brasileiros Parte 7, 2011. Disponível em:

<<http://movimentosjuvenisbrasileirosparte7.blogspot.com.br/2011/02/bairro-alto-jose-do-pinho-recife-pe-18.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Melo da Silva de. **Habitabilidade e subjetividade: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro**, 2013.

OLIVEIRA VILAÇA, Ana Paula de, DE LA MORA, Luis. Habitabilidade e lutas pelo direito a moradia. **ANTAC**, São Paulo, jul. 2004.

PODOLESKI, Onete da Silva. Lei de Terras de 1850. **Revista Santa Catarina em História, UFSC**. Santa Catarina, 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Política municipal de habitação de interesse social**. Recife, 2003.

RAMALHO, Ana Maria Filgueira, VASCONCELOS, Ronald Fernando Albuquerque, LIMA Rosa Maria Cortês de. Os desafios da política habitacional no Recife (BRASIL). **Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono**, Lisboa, mar. 2013.

REIS, Nestor Goulart. **CADERNOS DE PESQUISA DO LAP HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL: 1880 – 1920**. São Paulo: FAU-USP. 1994.

Rochedo de Ouro. **Estrela Brilhante do Recife em São Carlos**. São Carlos: Rochedo de Ouro, [20--].

Disponível em:

<<http://rochedodeouro.maracatu.org.br/tag/estrela-brilhante-do-recife/>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

Youtube. Centro Social Dom João Costa. Recife: Youtube, [20--]. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/user/centrosocial651553>>. Acesso em 12 set. 2016.

APÊNDICE A – Modelo de entrevista

ENTREVISTA EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

SEXO ()F ()M IDADE_____

1. Há quanto tempo você mora aqui?
2. Possui documento da casa? É regularizada? () Sim () Não Se não, existe medo de perder o imóvel? () Sim () Não
3. Em uma escala de 0 – 10 qual o seu grau de satisfação como morador do Alto José do Pinho?
4. O que tem de bom no Alto?
5. O que você não gosta na comunidade?
6. O que significa o Alto José do Pinho para você?
7. O que você acha dos serviços de infraestrutura na comunidade? Está bem servido? (abastecimento – água, lixo -, esgoto, transporte).
8. O que falta na sua comunidade?
9. Você sabe o que é uma ZEIS? () Sim () Não Você sabe que o Alto José do Pinho se encontra em uma área de ZEIS? () Sim () Não
10. Você sabe o que é um equipamento comunitário? () sim () não. Se sim, o que é?
11. Para que serve os equipamentos comunitários?
12. Você acha que os equipamentos comunitários ajudariam a resolver alguns dos problemas que tem na comunidade?
13. Quais os equipamentos comunitários que você conhece aqui no Alto?
14. Qual equipamento você gostaria que tivesse aqui no Alto para melhorar a sua vida e da comunidade? Por que essa escolha?

Equipamentos comunitários	Usa?	Importância p/ você e sua família? (0-10)	Importância p/ comunidade?	Mais importante para você?	O que tem de bom?	O que pode melhorar?
Escolas						
Praça do Terminal						
Praça da maconha						
Sociedade de Damas e Dominó são José						
Centro Social Dom João Costa						
Mercado Público						
Posto de saúde						
Bom Sucesso						
Afoxé Ylê de Egbá						

APÊNDICE B – Mapa de diretrizes